

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
GUILHERME AUGUSTO FABRIN

**O processo de territorialização de práticas agroecológicas no Bosque do
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC:
entre ação direta e luta institucional**

**Ilha de Santa Catarina
2017**

GUILHERME AUGUSTO FABRIN

**O processo de territorialização de práticas agroecológicas no Bosque do
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC:
entre ação direta e luta institucional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.
Orientação: Prof. Dra. Leila Christina Dias

Ilha de Santa Catarina,
Junho de 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fabrin, Guilherme Augusto

O processo de territorialização de práticas agroecológicas no Bosque do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC : entre ação direta e luta institucional / Guilherme Augusto Fabrin ; orientadora, Leila Christina Duarte Dias, 2017.

81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

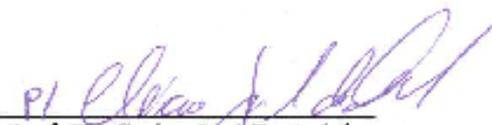
1. Geografia. 2. territorialização. 3. prática agroecológica. 4. Bosque do CFH. 5. ação direta. I. Christina Duarte Dias, Leila. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Geografia. III. Título.

Guilherme Augusto Fabrin

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS
AGROECOLÓGICAS NO BOSQUE DO CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS DA UFSC: entre ação direta e luta institucional**

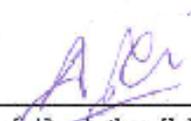
Ilha de Santa Catarina, 04 de julho de 2017.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de "Bacharel em Geografia", e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.


Prof. Dr. Carlos José Espínola
Coordenador do Curso

Banca examinadora:


Prof.ª Dr.ª Leila Christina Duarte Dias
Orientadora.
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Arthur Schmidt Nanni
Banca avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Orlando Edinici Ferretti
Banca avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, mulher guerreira, pelo inestimável e incondicional apoio, sempre presente e decisivo, especialmente a partir do momento em que decidi largar o emprego e dedicar esforços ao ingresso na UFSC, e ao longo de todo o curso de graduação em Geografia. A minha companheira Mariana Reinach, pela sua parceria, sua disposição em refletir sobre o estudo e suas contribuições na revisão do texto. A professora Leila Christina Dias, por suas aulas que me fizeram “abrir a cabeça” tendo extrema relevância em minha formação acadêmica no campo da geografia humana, por ter aceitado assumir a orientação do trabalho e por suas contribuições e reflexões sobre o estudo, fundamentais desde a construção do problema de pesquisa até a conclusão do trabalho. A Lucas Magno, pelas conversas que ajudaram a delinear o objeto de estudo. Ao professor Orlando Ferreti, pelas discussões ao longo da pesquisa e suas contribuições ao estudo. Ao professor Arthur Nanni, por ter aceitado assumir a coordenação do Projeto de Recuperação Ambiental do Bosque do CFH (PRAB) e por todo seu suporte, na construção, implementação e defesa do projeto. Ao estudante Caio de Carvalho, pela iniciativa na construção do projeto e sua execução. A Marina Carrieri e equipe da Coordenadoria de Gestão Ambiental, pela colaboração e apoio ao PRAB. A Professora Sônia Maluf e Direção do CFH pelo apoio às atividades de ocupação do Bosque. Aos trabalhadores/as de empresas terceirizadas que atuam na segurança, conservação e manutenção do Bosque do CFH. A todas as pessoas que conheci através do Bosque e que contribuíram de alguma forma para que esse trabalho fosse possível, especialmente Stela, Volni, Lucas e Bohemia. Também agradeço a instituição UFSC, pela assistência estudantil que me permitiu dedicar o tempo às inúmeras atividades acadêmicas ao longo dos últimos sete anos. E, finalmente, agradeço ao professor Marcelo Lopes de Souza, pelo diálogo estabelecido e por suas contribuições ao estudo.

RESUMO

O presente trabalho consiste na análise sobre o processo de territorialização das práticas agroecológicas no Bosque do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse processo se deu pela projeção no espaço de novas relações de poder a partir da institucionalização do projeto de Recuperação Ambiental do Bosque do CFH, parceria entre a Comissão de Revitalização do Bosque (CFH), o Núcleo de Estudos em Permacultura da UFSC e a Coordenadoria de Gestão Ambiental da UFSC. O projeto propõe o manejo agroecológico do Bosque por meio da implantação de sistemas agroflorestais para recuperação das áreas degradadas e produção de alimentos de qualidade com canteiros multifuncionais, bem como ações de sensibilização e educação ambiental e atividades de extensão. Através da pesquisa sócio-espacial sobre o Bosque foram consideradas tanto a estrutura espacial do sítio em questão (condição geral do ecossistema, cobertura vegetal, posição na bacia hidrográfica, elementos artificiais distribuídos em sua paisagem) quanto as interações que se desenrolaram entre os agentes envolvidos no processo que levou à institucionalização do Projeto de Recuperação Ambiental. Tratou-se de elucidar as relações sociais que se estabeleceram entre os diferentes agentes envolvidos ao longo do processo de apropriação desse espaço entre os anos de 2012 e 2016, identificando quais são as práticas agroecológicas em questão, quem são os agentes envolvidos, quais relações estabelecem entre si e com o espaço, e como a relação entre ação direta e luta institucional se manifesta nesse caso. Concluiu-se que o Bosque do CFH é um espaço em disputa, um lugar de conflito onde inúmeras posições sobre sua vocação e seu futuro estão presentes. Percebe-se também que a combinação entre ação direta e luta institucional é importante para resolução de problemas do cotidiano através da auto-organização das pessoas diretamente ligadas à dinâmica dos lugares em questão.

Palavras-chave: Territorialização, prática agroecológica, Bosque do CFH, ação direta, luta institucional.

ABSTRACT

The present work consists in a analysis about the agroecological territorialization practices held in the Woods of Centro de Filosofia e Ciências Humanas from Universidade Federal de Santa Catarina. This process was led by new power relation projections begun by the Institutionalization of the Environment Recover for the CFH Woods, a joint comitee between Revitalization Comission for the Woods of the CFH, Núcleo de Estudos em Permacultura and the Enviromental Management Coordination from UFSC. The Project pruposes the agroecological management of the Woods of the CFH through implementation of agroflorestal systems in order to recover wasted areas and to produce high quality corps in multifunctional garden beds, as well as awareness and education actions along with extension programs. By socio-spatial research about the Woods of the CFH both the spatial structure in question (ecosystem general conditions, vegetable cover, hydrographic bay position and artificial elements spread into the landscape) were considered as the interactions that were established between the agents involved in the process that led the Environment Recovery Project. The work aimed clarify social relation between the different ongoing agents in the appropriation process of the space between 2012-2016, identifying which were agroecological practices in question, Who were the agents involved, which relations were established among them and the space and how come the relation between direct action and institutional fight in the present case. We conclude that the Woods of the CFH is a disputed place, a place of conflict where many positions about its vocation and future are present. We also notice that the combination of direct action and institutional fight is important in order to solve everyday problems by the self-organization of people directly linked to the place studied.

Key-words: Territorialization, agroecological practices, Woods of the CFH, direct action, institutional fight.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 1 | Imagem da aérea do Bosque do CFH com destaque para a área de estudo | 27 |
| Figura 2 | Mapa da área de estudo | 28 |
| Figura 3 | Planetário e Observatório Astronômico. | 28 |
| Figura 4 | Sede do Grupo de Escoteiros Desterro | 29 |
| Figura 5 | Crianças do NDI realizam protesto pela preservação do Bosque | 30 |
| Figura 6 | Palco do Bosque | 30 |
| Figura 7 | Depredação do palco do Bosque. | 31 |
| Figura 8 | Queda de árvores comprometendo a estrutura do palco | 31 |
| Gráfico 1 | Finalidades de uso do Bosque do Planetário | 32 |
| Gráfico 2 | Aspectos negativos apontados em relação ao Bosque | 33 |
| Figura 9 | Ausência de mata ciliar do curso de água | 34 |
| Gráfico 3 | Estado de conservação do Bosque | 34 |
| Figura 10 | Estacionamento irregular no topo do Bosque do CFH | 35 |
| Figura 11 | Local de consumo de crack na parte mais isolada do Bosque do CFH | 35 |
| Figura 12 | Mapa do Projeto Parque Universitário (2010) | 40 |
| Figura 13 | Localização da área proposta para o Parque de Educação Ambiental | 41 |
| Figura 14 | Imagem do Projeto de Rede Ciclovitária da UFSC | 42 |
| Figura 15 | Preparação da composteira para o ato | 47 |
| Figura 16 | Cartaz reivindicando o Centro Estudantil Integrado | 48 |
| Figura 17 | Mobilização da comunidade acadêmica | 50 |
| Figura 18 | Mobilização da comunidade acadêmica | 50 |
| Figura 19 | Ataque da tropa de choque da Polícia Militar | 50 |
| Figura 20 | Revolta dos estudantes após ataque da Polícia Militar | 51 |
| Figura 21 | Canteiros em curva de nível para contenção de processo erosivo | 56 |
| Figura 22 | Associação de espécies frutíferas e de adubação verde | 56 |
| Figura 23 | Colheita de espécies leguminosas para adubação verde. | 57 |
| Figura 24 | Transporte e deposição de material vegetal para uso futuro nos canteiros | 59 |
| Figura 25 | Transporte e deposição de material vegetal para construção de canteiros | 59 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ABA | Associação Brasileira de Agroecologia |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| CA | Centro Acadêmico |
| CCA | Centro de Ciências Agrárias |
| CCB | Centro de Ciências Biológicas |
| CDS | Centro de Desportos |
| CEPAGRO | Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo |
| CFH | Centro de Filosofia e Ciências Humanas |
| CGA | Coordenadoria de Gestão Ambiental |
| COMCAP | Companhia de Melhoramentos da Capital |
| CPPD | Comissão Permanente do Plano Diretor da UFSC |
| CRB | Comissão de Revitalização do Bosque do CFH |
| CTC | Centro Tecnológico |
| DESEG | Departamento de Segurança |
| ETUSC | Escritório Técnico da Universidade |
| FATMA | Fundação do Meio Ambiente |
| FLORAM | Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis |
| GEABIO | Grupo de Educação Ambiental da Biologia |
| GED | Grupo de Escoteiros Desterro |
| GEPA | Grupo de Estudos e Práticas Agroecológicas |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| LCME | Laboratório Central de Microscopia Eletrônica |
| NDI | Núcleo de Desenvolvimento Infantil |
| NEAMB | Núcleo de Educação Ambiental |
| NEPERMA | Núcleo de Estudos em Permacultura |
| PD | Plano Diretor |
| PRAB | Projeto de Recuperação Ambiental do Bosque |
| PROPLAN | Pró-reitoria de Planejamento |
| PU | Prefeitura Universitária |
| REGA | Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil |
| REUNI | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| RU | Restaurante Universitário |
| SAF | Sistema Agroflorestal |
| SBAU | Sociedade Brasileira de Arborização Urbana |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2 REFERENCIAIS TEÓRICOS..... | 14 |
| 2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE..... | 14 |
| 2.2 AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS..... | 17 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 21 |
| 4 OS USOS DO BOSQUE DO CFH..... | 26 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO..... | 26 |
| 4.2 PROJETOS PROPOSTOS PARA O ESPAÇO..... | 37 |
| 5 ENTRE AÇÃO DIRETA E LUTA INSTITUCIONAL..... | 43 |
| 5.1 OS CASOS QUE SE MANIFESTARAM NO BOSQUE DO CFH..... | 44 |
| 5.2 O PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO BOSQUE DO CFH..... | 51 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 61 |
| 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 64 |
| APÊNDICE..... | 67 |
| ANEXOS..... | 74 |

1 INTRODUÇÃO

Com a instalação, na década de 1960, da Universidade Federal de Santa Catarina no bairro Trindade no município de Florianópolis, as antigas áreas alagadiças da bacia do Itacorubi pouco a pouco foram dando lugar aos prédios do campus universitário, ocasionando profundas alterações em sua antiga dinâmica rural e passando para um contexto urbano. Segundo o estudo de Leonardo Valenza sobre a dinâmica sócio-espacial da urbanização de Florianópolis sob a influência da UFSC em locais adjacentes ao campus Trindade, a presença da UFSC “desencadeou um processo de ocupação urbana exacerbado no seu entorno, onde loteamentos foram aprovados, novas ruas foram abertas e a configuração daquele espaço foi totalmente alterada”. (VALENZA, 2012, p.160) Assim, os bairros circunvizinhos tiveram um crescimento vertiginoso, transformando radicalmente os costumes, a cultura, a forma de viver e as necessidades de suas populações. Em 50 anos, o aspecto de espaço rural deu lugar à vida agitada e apressada das metrópoles do século XXI, substituindo uma antiga fazenda particular pela infraestrutura do campus universitário.

O campus universitário da UFSC na Trindade – com aproximadamente um milhão de m² – inserido na região central da Ilha de Santa Catarina, cresceu muito em infraestrutura construída nos últimos anos, sobretudo para abrigar novos cursos e laboratórios de ensino e pesquisa e “encontre-se, hoje, com toda sua área ocupada ou comprometida com novas edificações.” (UFSC, 2010, p.35)

Essa expansão da infraestrutura construída foi (e continua sendo) responsável por uma grande pressão sobre os remanescentes vegetais ainda não ocupados, como é o caso do Bosque do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, uma das principais áreas verdes do campus universitário que, de certa forma, atende uma grande demanda da comunidade acadêmica e das comunidades do entorno da UFSC por áreas verdes e espaços públicos de lazer e convivência.

Apesar de ser um espaço de lazer e convivência do campus universitário, o Bosque do CFH também é um espaço em disputa onde se manifestam conflitos de interesses entre os diferentes grupos que fazem o uso do espaço e apresentam diferentes propostas de ocupação para a área.

O presente trabalho consiste na análise sobre um processo de territorialização (compreendido como a espacialização das relações de poder) no Bosque do CFH, por meio do qual pretendo entender melhor como os diferentes agentes ligados a esse espaço atuam em sua transformação/apropriação, observando como a relação entre ação direta e luta institucional se manifesta no processo.

A escolha pelo Bosque do CFH como lugar de estudo deve-se ao fato de ser onde construí boa parte de minha formação acadêmica, tanto nas eternas rodas de conversas temperadas quanto nas diversas experiências coletivas em torno de questões sócioambientais, culturais e políticas.

Ao longo dos últimos anos me aproximei do movimento ecológico, através do envolvimento com diferentes experiências voltadas à produção agroecológica e da participação nos encontros organizados pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), pela Via Campesina e pela Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA). Nestes encontros são discutidas várias questões ligadas à teoria e prática da Agroecologia, espaços onde pude aprofundar discussões sobre as diferentes concepções do termo, suas variadas manifestações e a forma como vem sendo apropriada por diferentes grupos/agentes/instituições em âmbito local e nacional. Após o envolvimento com esse campo surgiu o interesse em adotar uma perspectiva geográfica através da valorização da dimensão sócio-espacial da agroecologia.

Já faz bastante tempo que atividades ligadas à conservação do ambiente vêm sendo realizadas no Bosque por diferentes estudantes e grupos estudantis que desenvolvem práticas agroecológicas no campus. Desde 2010, quando entrei no curso de Geografia, venho acompanhando essas ações e nos últimos três anos de forma mais ativa, tanto por meio da Comissão de Revitalização do Bosque do CFH (CRB), – organismo criado pela Direção de Centro no início de 2013 com o intuito de dar continuidade a essas atividades de recuperação ambiental – quanto pela atuação como bolsista de um Projeto de Recuperação Ambiental¹.

O envolvimento com essas atividades permitiu um contato mais próximo com os diferentes agentes institucionais relacionados diretamente ao Bosque, com destaque para a Direção do CFH – Comissão de Revitalização do Bosque; o Planetário e Observatório Astronômico; a Coordenadoria de Gestão Ambiental – CGA; a Prefeitura Universitária; o Grupo de Escoteiros Desterro e com os funcionários da empresa Orbenk, responsável pelo serviço de manutenção (poda e roçada) das áreas verdes do campus. Esses contatos permitiram ampliar o entendimento sobre os procedimentos institucionais de gestão e, conseqüentemente, buscar quais os meios para potencializar ações estudantis já em curso.

Com base nesse contexto procurei entender melhor como os agentes citados se apropriam do Bosque do CFH, a fim de elucidar os elementos constitutivos da dinâmica desse espaço. Decidi então realizar um estudo sobre a espacialização das relações de poder através das práticas agroecológicas no Bosque do CFH, entendida como um processo de territorialização em sentido

¹Parceria entre a Comissão de Revitalização do Bosque (CRB-CFH), o Núcleo de Estudos em Permacultura (NEPerma) e a Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), o projeto propõe o manejo agroecológico do Bosque por meio da implantação de sistemas agroflorestais para recuperação das áreas degradadas e produção de alimentos de qualidade com canteiros multifuncionais, bem como ações de sensibilização e educação ambiental e atividades de extensão.

amplo. (SOUZA, 2013, p. 252) Acredito que este estudo é relevante para a ciência geográfica porque aborda uma situação do cotidiano na qual articulam-se dois temas importantes, o da agroecologia e sua dimensão espacial, e o da relação entre ação direta e luta institucional. Para Marcelo Lopes de Souza o conceito de território/territorialização “*pode e deve ser aplicado às mais diferentes escalas e situações – inclusive aquelas do cotidiano, tradicionalmente negligenciadas pelas pesquisas geográficas*” (SOUZA, 2013, p. 103)

Devido à importância desse conceito para o debate no campo da Geografia, ele não pode ficar no plano abstrato, tem que ser trabalhado no plano prático e pretendo fazê-lo através do caso do Bosque do CFH, por meio da pesquisa sócio-espacial.

Como nos lembra Souza, “para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se profundamente também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são inseparáveis.” (SOUZA, 2013, p. 16)

Para o autor a pesquisa sócio-espacial

“engloba os esforços de investigação científica, filosoficamente embasada e informada em que as relações sociais e o espaço são, ambos, devidamente valorizados e articulados entre si com densidade no decorrer da construção do objeto e da própria pesquisa.” (SOUZA, 2013, p.12).

Através da análise sócio-espacial sobre o Bosque pretendo considerar tanto a estrutura espacial do sítio em questão (condição geral do ecossistema, cobertura vegetal, posição na bacia hidrográfica, elementos artificiais distribuídos em sua paisagem) quanto as interações que se desenrolaram entre os agentes envolvidos no processo que levou à territorialização das práticas agroecológicas – por meio do Projeto de Recuperação Ambiental do Bosque do CFH – fazendo referência direta às relações sociais que se estabelecem entre os diferentes grupos envolvidos no processo de apropriação desse espaço, incluindo às tensões e conflitos entre agentes institucionais e demais agentes.

As questões que orientaram a pesquisa se relacionam ao uso e ocupação do solo no Bosque do CFH no período que vai de 2013 à 2016 e podem ser agrupadas da seguinte forma: O primeiro grupo, com questões mais genéricas sobre seus elementos em geral: Quais são e como estão distribuídos seus elementos na paisagem? Que função exercem? Como interagem? Quais são seus usos? O segundo grupo, com questões mais específicas sobre as relações sociais que se estabelecem entre os diferentes agentes: Quem são os agentes, quais seus interesses e como se apropriam das características e qualidades físico-materiais da localização geográfica? Existem conflitos entre os agentes e suas propostas? Como a relação entre ação direta e luta institucional se manifesta nesse contexto? O terceiro grupo, com questões ligadas às práticas agroecológicas: Como se

desenvolveram e qual papel desempenham nesse contexto? Quem está envolvido no processo de territorialização das práticas agroecológicas?

Com o andamento da pesquisa e a partir da elaboração dos roteiros de entrevista surgiram outras questões que não haviam sido consideradas no primeiro momento, mas devido sua importância para os objetivos do trabalho, foram incorporadas à pesquisa: Qual é o recorte espacial do Bosque? Tem limites definidos? Quais são seus instrumentos de gestão e manejo? Como é feita a gestão de resíduos sólidos no campus? Porque foi suspensa a compostagem? Qual a situação das discussões sobre o Plano Diretor da UFSC? Quais projetos estão sendo propostos para o Bosque? Quais são as manifestações de territorialidade no Bosque?

Algumas ações específicas, promovidas de maneira informal por estudantes independentes tiveram um papel de grande importância no processo que levou à territorialização das práticas agroecológicas, pois motivaram e possibilitaram uma articulação conjunta entre diferentes setores da comunidade acadêmica em torno da conservação e manejo agroecológico do Bosque do CFH. Entre tais ações destaco: i) O fechamento do acesso de carros ao bosque no dia 28 de junho de 2013. Primeiro com varas de bambu e posteriormente substituídas por cancelas permanentes a fim de evitar o uso daquele espaço como estacionamento e passagem de carros; ii) O plantio de espécies arbóreas e arbustivas na mata ciliar de um curso de água para recuperação da Área de Preservação Permanente e a criação e manutenção de uma composteira para gestão de resíduos orgânicos e geração de adubo no período de 2012 à 2014.

Com base na análise sobre a territorialização das práticas agroecológicas no Bosque do CFH pretende-se identificar quais são as práticas agroecológicas; quem são os agentes envolvidos no processo e quais relações estabelecem entre si e com o espaço observando como a relação entre ação direta e luta institucional se manifesta no processo.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Aqui são abordados os referenciais teóricos sobre os conceitos de território, territorialidade e territorialização. Considerando a visão do autor Carlos Walter Porto-Gonçalves, que fala numa tríade relacional sobre o conceito de território, percebemos que não existem territórios que não apresentam manifestações de territorialidade e que não passaram por processos de territorialização.

O território é uma categoria *espessa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação –territorialização– enseja identidades –territorialidades– que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (...). Estamos (...) diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. (PORTO-GONÇALVES 2001, p. 230)

Na tentativa de entender e explicar um processo de territorialização, como o das práticas agroecológicas no Bosque do CFH, torna-se necessário considerar o território e as manifestações de territorialidade pelos diferentes agentes. Portanto, esses conceitos serão trabalhados de forma integrada e complementar para dar suporte à análise sobre a espacialidade das relações de poder no Bosque do CFH.

2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

O debate sobre o conceito de território é bastante amplo e se dá tanto em áreas como a Biologia e Agronomia, quanto nas ciências sociais como a Geografia, a Antropologia e a Ciência Política. Portanto, quando se fala em território é importante situar o leitor em qual perspectiva e linha teórica está se baseando para não gerar confusões.

A noção de território aparece normalmente vinculada ao Estado-nação enquanto expressão de poder por excelência, visão esta que obscurece seu caráter político e esvazia seu significado ao não considerar as relações sociais de poder.

Boa parte dos autores fora da Geografia que usam os conceitos de espaço e território o fazem sem distinções claras, como se fossem sinônimos. Assim, é necessário fazer a distinção conceitual mas não separá-los pois, “espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território” (HAESBAERT, 2013, p.22)

Assim como o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade (...), o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, dentro dessa dimensão espacial, (n)a dimensão política ou de realização das relações de poder. (IDEM, ibidem, pp.22-3).

Quanto à especificidade da ciência geográfica no debate, o autor afirma que à Geografia cabe enfatizar a dimensão espacial do território, especialmente enquanto: a) realização *material*

das relações sociais, com ênfase às relações de poder (embora de modo algum se possa restringir o espacial ao material); e b) campo de coexistência contemporânea (...) de uma multiplicidade. (HAESBAERT, 2013, p.24)

O autor oferece uma leitura integradora do território que reconhece a multidimensionalidade do poder, não somente poder político, mas também poder econômico e simbólico-cultural. Ele ainda enumera alguns *a priori* que é preciso questionar ou desconstruir:

- o território, ainda que privilegie as relações de poder, nunca pode ficar restrito ao poder político “tradicional” ou estatal, pois deve-se levar em conta os múltiplos sujeitos do poder (e a resistência que lhe é inerente);
- o território, ainda que indissociável da materialidade econômica-política (e também “natural”) do espaço, não pode prescindir dos elos também indissociáveis com a dimensão simbólico-cultural;
- o território, ainda que sempre relacionado a uma determinada concepção de limite ou “fronteira”, não deve ser associado apenas à fixação/imobilidade e à continuidade espacial, construídos no e pelo movimento, cujo componente fundamental é a rede.(HAESBAERT, 2013, p.25)

O autor também identifica as grandes linhas de interpretação do território vigentes nas ciências sociais e agrupa as diversas concepções sobre o conceito dentro dos seguintes referenciais teóricos²:

a) o binômio materialismo e idealismo com uma visão mais totalizante e outra mais parcial de território em relação a: i) vínculo sociedade-natureza; ii) as dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e/ou cultural);

b) a historicidade do conceito, em dois sentidos: i) sua abrangência histórica – se é um componente ou condição geral de qualquer sociedade ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s) ou grupo(s) sociais; ii) seu caráter mais absoluto ou relacional: físico-concreto (como “coisa”, objeto), *a priori* (no sentido de espaço Kantiano) ou social-histórico (como relação). (HAESBAERT, 2006, p.45)

Este trabalho também apoia-se na concepção de Marcelo Lopes de Souza sobre o conceito de território. Em sua abordagem o autor enfatiza o sentido relacional do conceito e coloca em primeiro plano sua dimensão política vendo o território como um “campo de forças”. Considera que territórios são “*relações sociais projetadas no espaço*”, sendo que o espaço concreto é apenas o “*substrato material das territorialidades*”(SOUZA, 1995, p.87) e critica a visão que confunde o território com o substrato material, enfatizando que “o território não é o substrato, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. (SOUZA, 1995, p.97)

² Citados de forma literal com base na obra: *Território, territórios: ensaios para entender ordenamento territorial* (HAESBAERT, 2006).

Para o autor territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas espaciais e temporais assim como podem ter caráter permanente ou temporário. Coloca que é preciso desfazer o reducionismo acerca do conceito de território e apresentar a riqueza potencial do termo, mostrando o alcance socialmente crítico da análise conceitual sobre o território no âmbito de um repensamento da questão do desenvolvimento.

Em sua definição, o autor inicia com uma primeira aproximação conceitual sobre o território: “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”. E complementa apresentando as questões centrais para a compreensão da gênese e manutenção dos territórios: “*quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?*” O que leva a outra pergunta fundamental: “*quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?*” (SOUZA, 1995, p.78-9)

Com base nessa definição, as relações de poder assumem centralidade na compreensão do próprio conceito de território. Assim, os termos poder, força e violência se tornam de grande importância para sua compreensão, sendo necessária a superação da visão "demonizadora" desses termos. O autor ainda argumenta que o poder não necessariamente está vinculado à heteronomia (assimetria de poder e dominação de alguns indivíduos por outros), mas sim, pode ser autônomo.

Souza mostra como as ideias de território e desenvolvimento têm sido apropriadas pelo discurso conservador limitando-se a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica. Coloca que o uso e controle do território devem ser pensados para a formulação de “estratégias de desenvolvimento sócio-espacial” que contribuam para uma maior justiça social. (SOUZA, 1995, p.100)

A proposta do autor é expandir a ideia de território através de uma releitura da problemática do desenvolvimento. Esboça uma concepção alternativa de desenvolvimento onde a questão de uma territorialidade autônoma assume importância e, ao criticar e transcender o economicismo, busca realçar as dimensões política e espacial do processo de desenvolvimento.

O autor, baseado no pensamento do filósofo francês Cornelius Castoriadis, entende a autonomia como a base do desenvolvimento, este encarado como o processo de auto-instituição rumo a mais liberdade e menos desigualdade. Para Souza uma coletividade autônoma seria aquela com o poder de se reger por si própria, com participação igualitária na tomada de decisões e no estabelecimento das normas, seria aquela capaz de defender e gerir livremente seu território e possibilitar acesso aos seus recursos de maneira igual para todos. Também se remete à Castoriadis quando observa que a plena autonomia é incompatível com a existência de um "Estado" enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade.

O conceito de territorialidade em Robert Sack é bastante fértil e permite enriquecer a análise sobre a espacialidade do poder no Bosque do CFH, uma vez que “territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de área.” (SACK, 2011, p.63) Assim, a análise sobre como os agentes ligados ao Bosque manifestam territorialidade passa a assumir importância neste trabalho.

Segundo o autor, territorialidade é definida como “*a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica.*” (SACK, 2011, p.76) O autor também coloca que territórios requerem esforços constantes para estabelecê-los e mantê-los.

Além da sua definição, o autor sugere o que a territorialidade pode fazer, “tal sugestão vem de três relações interdependentes que estão contidas em sua definição e mostram os efeitos lógicos e significantes de territorialidade.” (SACK, 2011, p.80) O autor identifica essas relações da seguinte forma. Primeiro, por definição, territorialidade deve envolver uma forma de classificação por área; Segundo, por definição, territorialidade deve conter uma forma de comunicação, que pode envolver um marco ou sinal, como geralmente é encontrado em um limite ou fronteira; Terceiro, cada exemplo de territorialidade deve envolver uma tentativa de impor o controle sobre o acesso à área e às coisas dentro dela, ou às coisas fora dela através da restrição das coisas de dentro.

Para o autor, a lógica de territorialidade apoia-se no fato de que as vantagens do seu uso devem estar ligadas com uma ou mais dessas relações interconectadas, pois como aspectos essenciais da territorialidade, os três devem também ser a base para a significância de territorialidade.

2.2 AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Diferentes autores identificam a necessidade de contribuição das ciências humanas no debate sobre a Agroecologia como ferramenta de transformação social. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p.6). A noção de Agroecologia passou a adquirir nos últimos anos um caráter polissêmico, sendo incorporada por um número cada vez maior de agentes/instituições com os mais diversos interesses.

Dependendo da abordagem, a Agroecologia pode ser definida como ciência, prática, movimento social e, recentemente, como uma política governamental, além de uma modalidade de educação formal e até uma nova profissão.

Sevilla Guzman coloca que a agroecologia pode ser definida como “o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise civilizatória.” (SEVILLA GUZMAN, 2011, p.13)

Miguel Altieri define agroecologia como

disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura sob uma perspectiva ecológica e com um marco teórico cuja finalidade é analisar os processos agrícolas de forma abrangente. O enfoque agroecológico considera os ecossistemas agrícolas como unidades fundamentais de estudo; e nestes sistemas, os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo. (ALTIERI, 1989, p. 26).

Stephen Gliessman trata do que ele chama de “enfoque agroecológico”, que corresponde à “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.” (GLIESSMAN, 2009, p.56)

Esses autores concordam quanto à busca por alternativas que superem os problemas modernos em contextos sócio-ambientais diversos, mas constroem suas concepções teóricas com base em diferentes perspectivas: Sevilla Guzman com a sócio-cultural, Altieri com a agrônômica e Gliessman com a ecológica. Acredita-se que uma visão não exclui a outra, mas que todas se complementam. (DE BIASE, 2010)

A agroecologia propõe uma agricultura que produz com a natureza e não contra ela. Esta postura é capaz de contribuir com a qualidade de vida ambiental e das pessoas, uma vez que proporciona melhores condições socioeconômicas para os agricultores, afastando-se da orientação dominante de uma agricultura agressiva ao meio ambiente, intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis.

O termo agroecologia surgiu no fim dos anos 1930, para indicar a aplicação da ecologia na agricultura. Nos anos 1970 as bases da agroecologia se difundiram rapidamente e nos anos 1980 tais bases convergiram em uma disciplina distinta com foco de estudo sobre os agroecossistemas, entendidos como sistemas agrícolas dentro de pequenas unidades geográficas que também permitem analisar os fluxos de entrada e saída de energia, bem como as interações do sistema, entre meio biótico e abiótico (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2002). Assim, a agroecologia adota o agroecossistema como unidade fundamental de análise e busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências (CAPORAL; COSTABEBER, 2011).

O campo da agroecologia serve como base para os movimentos de agricultura ecológica que contestam o atual modelo tecnológico e convencional de produção agrícola, implicado na criação e desenvolvimento da produção de insumos (químicos, mecânicos e biológicos). Esse perverso modelo produtivo, resultante da Revolução Verde, passou, no entanto, a apresentar limites de crescimento a partir da década de 1980, devido ao aumento concomitante dos gastos e a

identificação dos impactos ambientais advindos do uso intensivo desses insumos, em especial dos agrotóxicos (ALBERGONI; PELAEZ, 2007). Tais técnicas modernas de plantio agem de modo contrário a natureza, trabalhando mais contra o reino mineral, o vegetal e o animal do que se integrado a estes (CAMPOS, 2004). Além do que, tais pacotes de agricultura, advindos da chamada Revolução Verde, não cumpriram o objetivo de sanar a fome, ao contrário disso, o que se notou foi um crescente nesses índices, bem como a continuada destruição dos biomas, aumento das áreas em processos de desertificação, de erosão do solo, perda de fertilidade, contaminação dos aquíferos, mares, lagos e dos alimentos (CAPORAL, 2011).

A agroecologia adota sistemas de policultivos, onde o manejo conta com uso de coberturas vivas e mortas (serrapilheira), onde há a prática de instalação de plantas herbáceas, anuais ou perenes, para cobertura do solo (ALTIERI, 1989). Além disso, há a rotação de culturas e cultivos nos quais as diferentes espécies são combinadas levando em consideração a sucessão ecológica. A agroecologia adota uma visão integradora dos agroecossistemas e possui baixa dependência de insumos externos, fazendo uso de recursos renováveis locais, preservando a biodiversidade e a cultura local, e produzem visando suprir demandas internas, antes de exportar (GLIESSMAN, 2002).

Pela aproximação aos ecossistemas naturais em estrutura e diversidade, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) representam um grande potencial para a restauração de áreas e ecossistemas degradados, podendo ser empregados tanto como estratégia metodológica de restauração quanto para a constituição de agroecossistemas sustentáveis, com produtos orgânicos e saudáveis. O estabelecimento de agroflorestas ao redor de fragmentos florestais, corredores biológicos e áreas de produção biodiversificadas e permanentes promovem a restauração da paisagem, contribuindo para a conservação dos ecossistemas (AMADOR, 2003).

A importância da agroecologia se dá exatamente nesse sentido, no de fornecer e ser, base e estrutura, de conhecimentos mesclados, incorporando saberes tradicionais aos saberes técnicos científicos atuais, sem excluir ou rejeitar, mas usando ambos a favor da transição para estabelecer um planejamento do espaço menos agressivo e mais sustentável e coerente com os fluxos e com a complexidade natural de um ecossistema.

Para tais sistemas há diferentes níveis de desenvolvimento, sendo os consórcios entre arbóreas e agrícolas os sistemas mais simples, até os mais elaborados, que são os ecossistemas agroflorestais com dinâmicas de diversidade, semelhantes às florestas naturais, que possuem um grande potencial para transformar as atividades de degradantes para regenerantes (AMADOR, 2003). Ainda segundo Amador, para o manejo desses sistemas necessita-se observar e compreender o papel e função das espécies espontâneas que atuam como companheiras, bem como a dinâmica da água, do sol e do vento.

Sistemas Agroflorestais apresentam grande potencial para proteção dos solos contra erosão e lixiviação, manutenção e conservação da fertilidade e produtividade e controle do fluxo das águas por melhorar a drenagem (TEIXEIRA, 2013). Para uma boa efetividade de sistemas agroecológicos, a primeira preocupação está relacionada ao solo, no que se refere à recuperação e manutenção do seu equilíbrio biológico, pois este influenciará em suas características físicas e químicas (ASSIS; ROMEIRO, 2002). A conservação do solo requer o controle da erosão, a manutenção da matéria orgânica, das propriedades físicas do solo e de seus nutrientes, além de prevenir os efeitos tóxicos nocivos ao solo.

O solo é um componente vivo e dinâmico de um agroecossistema, está sujeito a alterações e pode ser degradado ou manejado responsavelmente. O manejo da fertilidade física e hídrica está baseado no entendimento dos ciclos de nutrientes, no desenvolvimento da matéria orgânica e no balanço entre os componentes vivos e não vivos. Ter a compreensão de que processos ecológicos mantêm a estrutura e função do ecossistema do solo no tempo é o mais importante a ser considerado (GLIESSMAN, 2002). SAFs contribuem para conservação ambiental, já que atuam no controle da erosão por meio da atuação das árvores no sistema, que possibilitam incremento de serrapilheira e cobertura do solo, de matéria orgânica e nutrientes, fornecidos pelas podas, na estabilização das estruturas do solo e na formação de quebra-ventos, controlando a erosão eólica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por entender que neste caso o pesquisador desempenha um papel ativo na realidade dos fatos observados, foram usados elementos da pesquisa-ação no estudo sobre o Bosque do CFH, fazendo referência simultânea ao espaço e às relações sociais que nele se (re)produzem e que são por ele condicionadas, elucidando os vários aspectos da situação.

A pesquisa-ação é definida por Thiollent como um

tipo de pesquisa social de base empírica que é concebida e realizada com estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986 p.14)

O autor ressalta que na pesquisa-ação é necessário definir com precisão, de um lado, qual é a ação, quais os agentes, seus objetivos e obstáculos e, por outro lado, qual é a exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação.

Outra condição necessária é elucidar os objetivos de ação e de pesquisa, relacionando ambos. O *objetivo de ação* consiste em contribuir para o melhor equacionamento possível do problema central da pesquisa com levantamento de soluções e propostas de ação para auxiliar os agentes na atividade transformadora da situação. Já o *objetivo de pesquisa* consiste em obter informações de difícil acesso por meio de outros procedimentos e aumentar o conhecimento sobre determinada situação. (THIOLLENT, 1986, p.8)

Pela pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação. Ela não deixa de ser uma forma de experimentação em situação real, na qual os pesquisadores intervêm conscientemente.

A ênfase da pesquisa-ação pode ser dada em um dos três aspectos: resolução de problemas, tomada de consciência e produção de conhecimento. Quando bem conduzida, ela pode vir a alcançar todos os aspectos simultaneamente.

No presente trabalho, considero como objetivo de ação as práticas de conservação do Bosque do CFH e, como objetivo de pesquisa, a análise do processo de territorialização dessas práticas. Posso afirmar que no início do meu envolvimento com o Bosque foram utilizados elementos da pesquisa-ação, de forma inconsciente no primeiro momento, que foram tomando corpo progressivamente na tentativa de elucidar uma situação concreta para facilitar e viabilizar uma intervenção orientada em função da resolução dos problemas detectados.

A pesquisa-ação se iniciou com a análise, por parte da Comissão de Revitalização do Bosque, da condição em que o Bosque se encontrava e, a partir da constatação da carência de iniciativas ligadas à conservação do ambiente, sendo realizada a articulação institucional e consequente implantação do projeto de Recuperação Ambiental do Bosque, caracterizando-se como uma etapa de ação. A segunda parte da pesquisa-ação se concentrou no objetivo de pesquisa, que é a análise do processo de territorialização das práticas agroecológicas no Bosque do CFH, identificando as relações entre os agentes envolvidos e como as práticas de contestação do *status quo* se inserem no processo.

Quanto à definição da escala geográfica, foram levadas em consideração as reflexões de Marcelo Lopes de Souza, que identifica a urgência de exames acerca das nanoterritorialidades mostrando que

a temática da espacialidade das rotinas e dos processos de participação popular nos convida a encarar uma necessidade específica no que concerne aos estudos sobre a espacialidade do poder: a urgência de exames acerca das “nanoterritorialidades” e das “nanoterritorializações.”(SOUZA, 2006a, p.317).

Ele também distingue a escala nano da microlocal e define “nanoterritórios” como

territórios extremamente pequenos, diminutos; situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal, sendo atinentes a espaços com os quais, diferentemente de espaços de nível escalar microlocal como o bairro ou o setor geográfico (que é um agregado de bairros), os trabalhos de geógrafos urbanos não costumam lidar específica ou diretamente: a moradia, o local de trabalho (...) e o local de lazer ou distração (...), entre outros. (SOUZA, 2006a, p.317).

Partindo da tipologia sobre os níveis escalares apresentada por Souza (SOUZA, 2013, p.199-213), considero que, no caso do Bosque do CFH, a escala geográfica dos “nanoterritórios” é a mais adequada por permitir uma maior compreensão da realidade cotidiana dos indivíduos e dos grupos sociais em matéria de “campos de força” do poder espacializado. Souza ainda enfatiza a relação entre o exercício de poder e a organização espacial nessa escala.

Nos nanoterritórios as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (...) espaços muito pequenos, em situação de co-presença. Nesses espaços eles exercem, cotidianamente (e, amiúde, informalmente), algum poder, ao mesmo tempo em que, com suas práticas, espacialmente referenciadas (...), colaboram para definir a organização espacial nessa escala modesta, seja apenas demarcando e alterando territórios, seja eventualmente alterando o próprio substrato material. (SOUZA, 2006a, pp.317-8)

A escala geográfica, que diz respeito à extensão ou magnitude espacial que está sendo considerada, foi subdividida em escala *do fenômeno*, escala *de análise* e escala *de ação*.

No caso de um fenômeno social, como a dinâmica sócio-espacial do Bosque, a *escala do fenômeno* se refere “à abrangência de dinâmicas de ação coletiva programática ou consciente, como

resistências, lutas e movimentos sociais.” (SOUZA, 2013, pg. 181) Pelo fato de que o fenômeno em questão está situado no interior do campus universitário e que práticas agroecológicas estão presentes em diferentes áreas do campus, considero como escala do fenômeno o campus universitário da UFSC.

O autor argumenta que a escala de análise é

intelectualmente construída como um dos níveis analíticos capaz de nos facultar a apreensão de características relevantes de alguma coisa que estejamos investigando ou tentando elucidar, a partir de uma *questão* ou de um *problema* que tenhamos formulado (SOUZA, 2013, p. 182).

Como a questão central do trabalho é a análise do processo de territorialização das práticas agroecológicas no Bosque do CFH, a *escala de análise* compreende as áreas verdes contíguas ao CFH e Planetário, incluindo tanto a área mais arborizada quanto a área menos arborizada.

Já a *escala de ação* é um tipo de escala que “se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações (em geral, coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos,” portanto diz respeito a um “aspecto específico e muito diretamente político: aquele referente, em um raciocínio eminentemente estratégico, à reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes.” (SOUZA, 2013, p. 182)

Pelo fato de que as principais ações tratadas nesse trabalho foram executadas na área do Bosque do CFH e demais áreas verdes contíguas, a escala de ação também é definida por essa área.

Outra etapa do trabalho foi o levantamento bibliográfico e a análise documental sobre o Bosque do CFH com a busca e análise de trabalhos acadêmicos, notícias e documentos institucionais oficiais como as propostas de Plano Diretor do Campus, o termo de compromisso entre UFSC e FLORAM, a proposta de compensação ambiental para o Bosque, entre outros. Ainda foram analisados os projetos de Parque nos quais se inclui o Bosque e por fim, uma busca junto à Procuradoria da UFSC sobre a ocorrência de processos que tenham ou tiveram ligação com o Bosque.

Ao longo da pesquisa foram realizadas entrevistas formais e informais com os diferentes agentes diretamente ligados ao Bosque do CFH buscando certos dados e informações acerca de sua relação com esse espaço e com os demais agentes utilizando a técnica do informante-chave (BERNARD, 1988). Por meio dessa técnica pude acessar informações e dados considerados importantes para a análise do objeto pelo fato das pessoas estarem diretamente envolvidas com determinadas situações em questão, e também recorri ao processo chamado “bola-de-neve”, quando uma pessoa indica outra(s) que podem ter informações úteis para a pesquisa, e assim por diante. De certa forma isso já vinha acontecendo devido ao trabalho já desenvolvido que permitiu o diálogo informal com diversos agentes envolvidos no processo de territorialização das práticas

agroecológicas, mas durante a pesquisa foi ampliado o número de informações a partir da coleta de entrevistas formais.

Foram identificados diferentes categorias de entrevistados e agrupadas de acordo com a relação que os agentes e setores estabelecem com o Bosque. O primeiro grupo foi composto pelos organismos institucionais diretamente ligados ao Bosque. São eles: Administração Central, Gabinete de Reitoria, Direção do CFH, Prefeitura Universitária, Coordenadoria de Gestão Ambiental - Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, Departamento de Segurança, Comissão de Revitalização do Bosque e Planetário/ Observatório Astronômico. Cabe aqui colocar que mesmo não sendo um organismo institucional pertencente à UFSC, o Grupo de Escoteiros Desterro também foi incluído no primeiro grupo pelo fato de sua sede se encontrar no Bosque. O segundo grupo foi composto pelos professores que participaram dos projetos de criação de Parques para o Bosque. O terceiro grupo foi composto pelos estudantes que frequentam o Bosque. O quarto grupo foi composto pelos funcionários de empresas terceirizadas que trabalham nas dependências do Bosque. Ainda foi identificado um quinto grupo, composto pelos moradores de rua que usam o palco do Bosque como moradia. Para proteger a identidade das pessoas entrevistadas foi adotado um sistema no qual os entrevistados foram identificados por letras e números ao serem citados ao longo do trabalho (E = estudante, F = funcionário terceirizado, T = técnico, P = professor). Essas pessoas foram relevantes para a coleta de dados em questão porque detinham informações importantes para a pesquisa, por terem participado de alguma situação específica ou por ocuparem cargos administrativos em setores diretamente relacionados à problemática em questão. As entrevistas formais foram conduzidas com base num roteiro semiestruturado contendo perguntas gerais para todas as pessoas entrevistadas e algumas perguntas específicas dentro de cada grupo.

O roteiro de entrevista apresenta um grupo de perguntas genéricas, que foram feitas a todas as pessoas entrevistadas e grupos de perguntas específicas para cada grupo de entrevistados, de acordo com as intenções e objetivos do trabalho. Foram realizadas 18 entrevistas no período de maio de 2016 até agosto de 2016.

É importante destacar que não foi possível entrevistar todos os setores institucionais ligados ao Bosque, alguns setores considerados importantes na pesquisa não se colocaram à disposição para gravar entrevista, como é o caso do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE), onde conversei informalmente com alguns de seus atuais funcionários.

Através do método da análise de conteúdo, definido por Laurence Bardin como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, foi realizada a categorização dos elementos de maior relevância no conjunto das entrevistas a partir da combinação dos critérios semântico (categorias temáticas) e sintático (verbos e adjetivos). (BARDIN, 2004) As categorias identificadas

são: recorte espacial; estado de conservação; impactos ambientais; recuperação ambiental; fechamento do estacionamento; projetos propostos; conflitos e tensionamentos; todas relacionadas diretamente ao Bosque do CFH.

4 OS USOS DO BOSQUE DO CFH

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Com aproximadamente 50.000 m², a área conhecida como Bosque do CFH, situada na borda sul do campus universitário (limite com a Avenida César Seara), é um dos principais remanescentes vegetais do campus e apresenta considerável biodiversidade com diversas espécies da fauna (como jacaré-de-papo-amarelo, jabuti, tucano de bico preto, pica-pau) e flora (como pau-brasil, palmeira juçara, guarapuvu) da mata atlântica.

Durante a rotina acadêmica, repleta de trabalho e estudo, muitos encontram neste local um refúgio para as dificuldades do dia a dia. É um espaço de convivência, interação e lazer não só do CFH, mas de toda comunidade acadêmica e do entorno, propiciando atividades que vão desde a coleta de capim para alimentar os animais de moradores do entorno até a colheita de frutos, o descanso, o lazer, o passeio, rodas de conversa, aulas e troca de conhecimentos que têm relevante importância para a qualidade de vida no ambiente universitário.

Esta percepção é corroborada por Ariane Kuhnen, que chama a atenção para a relevância da dimensão restaurativa dos ambientes abertos:

Atividades modestas em ambientes abertos [...], com predominância de elementos naturais, podem aliviar a fadiga mental, especificamente, restaurando a capacidade de atenção dirigida, que é a capacidade de se concentrar e prestar atenção. Um tempo de descanso que renova a capacidade intelectual. (KUHNEN, 2012, p.391)

Existem diferentes concepções em relação ao que seria o perímetro do Bosque e não há um consenso sobre a área que ele compreende. Somente 3 entrevistados afirmaram que ele tem limites definidos, os demais afirmaram não ter limites definidos ou desconhecem os limites. Nas entrevistas realizadas foram mencionados como referência de limites o córrego e a mata ciliar de suas margens, as cercas de limite do campus com a av. César Seara, as quadras do Centro de Desportos (CDS), as construções do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), Creche Flor do Campus, Grupo de Escoteiros Desterro (GED), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Laboratório Central de Microscopia Eletrônica (LCME) e os fundos do Restaurante Universitário (RU). Mas não se tem um consenso sobre o perímetro exato do Bosque e a principal polêmica é com relação à área degradada da baixada atrás do RU em direção às quadras do CDS, que para alguns não é considerado Bosque e para outros, mesmo não estando arborizada, também é considerada área do Bosque por motivos relacionados à pressão sobre as áreas verdes por expansão em infraestrutura e a necessidade de que essa área permaneça livre de construções.

Nesse sentido, acredito que a definição de sua área é uma opção política. Portanto nesse trabalho, quando me refiro ao Bosque do CFH, considero toda a área verde que vai do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) até as quadras de esportes do Centro de Desportos (CDS),

passando pelos fundos do CFH e Restaurante Universitário (RU), até o limite da área da UFSC com a Avenida César Seara, como mostra a imagem abaixo (figura 1).

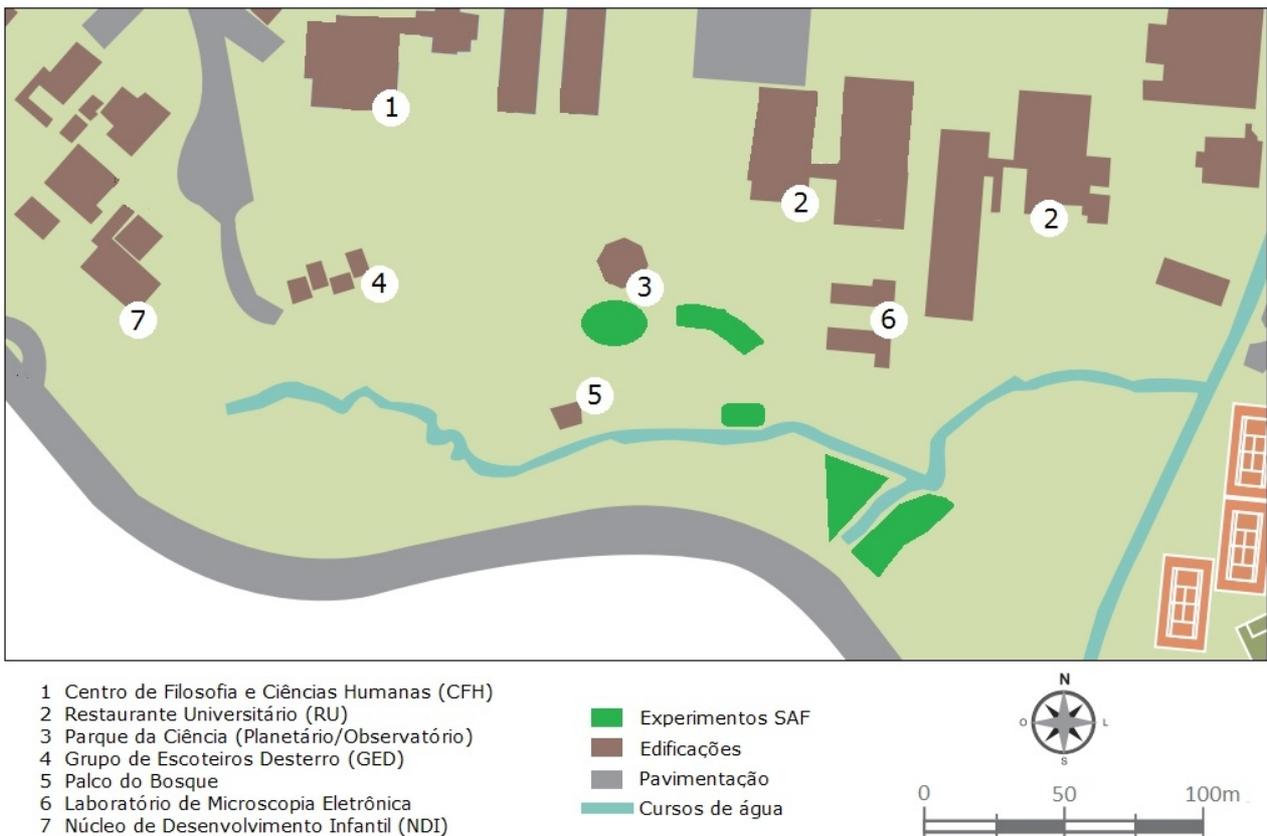
Figura. 1. Imagem aérea do Bosque do CFH com destaque para a área de estudo.



Fonte: o autor com base em imagem aérea do Google Earth.

Os elementos artificiais que compõem a paisagem do Bosque do CFH são o Planetário e Observatório Astronômico, a sede do GED, NDI e a creche Flor do Campus, os prédios do CFH, os fundos do Restaurante Universitário e o prédio do LCME (Figura 2).

Figura 2. Mapa da área de estudo



Fonte: o autor com base no mapa oficial da UFSC, 2016.

O Planetário é o único do estado de Santa Catarina sendo uma referência em Astronomia no estado, foi construído no ano de 1971 e é a infraestrutura mais antiga presente no Bosque (Figura 3). Também conta com um Observatório Astronômico com telescópios digitais para observação do céu. É responsável por grande parte do fluxo de visitação ao Bosque e tem grande importância na formação pedagógica e divulgação relacionada à Astronomia, de estudantes e da comunidade em geral, recebendo grupos e escolas do estado inteiro.

Figura 3. Planetário e Observatório Astronômico.



Fonte: <http://noticias.ufsc.br/files/2011/12/planetario-dentro.jpg> Acesso em 15/02/2017.

O GED surgiu de um acordo firmado em 1981 entre UFSC e ELASE/ELETROSUL (Figura 4). Segundo informações obtidas em sua página da internet, o “GED é atualmente um projeto de extensão da UFSC, cujo objetivo é difundir a prática do escotismo na UFSC, atuando diretamente na educação de crianças, adolescentes e jovens.” (<http://gedesterro.ufsc.br/pagina-inicial/>)

Figura 4. Sede do Grupo de Escoteiros Desterro



Fonte: <http://gedesterro.ufsc.br/pagina-inicial/> Acesso em 15/02/2017.

Tanto o Planetário quanto o Grupo de Escoteiros Desterro apresentam manifestações de territorialidade no Bosque do CFH devido à delimitação de suas áreas com cercas, ambos representam a tentativa de controle de acesso a uma determinada área através da restrição com barreira física.

Embora esteja localizado numa área contígua ao Bosque, o NDI merece ser citado por apresentar um uso bastante significativo do espaço com diversas atividades pedagógicas com as crianças que frequentam a creche do NDI, inclusive com manifestações em torno das questões de conservação ambiental ligadas ao Bosque (Figura 5).

Figura 5. Crianças do NDI realizam protesto pela preservação do Bosque.



Fonte: <http://noticias.ufsc.br/2013/04/ndi-busca-aco-es-para-preservar-o-bosque-do-cfh/> Acesso em 15/02/2017.

O palco do Bosque era um importante elemento na paisagem do Bosque do CFH (Figura 6). Foi construído em 2001 a partir das mobilizações estudantis em torno da demanda por espaços de arte e cultura na UFSC. Pelo menos até o ano de 2014 seu estado de conservação ainda era razoável, os banheiros e as portas do camarim eram arrombados com alguma frequência, as instalações elétricas eram depredadas e roubadas eventualmente mas ainda era realizada a manutenção mínima do espaço, o que permitia o uso para atividades artísticas e culturais que aconteciam com certa frequência.

Figura 6. Palco do Bosque



Fonte: <https://cl.staticflickr> Acesso em 17/02/2017.

Com as recorrentes denúncias ao Ministério Público sobre o barulho causado pelas atividades culturais no palco, as iniciativas de ocupação do espaço com atividades artístico-culturais tornaram-se cada vez mais escassas levando a um relativo abandono do espaço. A partir de 2015, a

depredação do palco tornou-se cada vez mais intensa e um grupo de moradores de rua começou a usar o palco como moradia. No ano de 2016 sua estrutura, que já estava danificada por conta da depredação e da falta de manutenção, ficou totalmente comprometida após a queda de duas árvores de grande porte no seu telhado após um tornado que passou pela ilha tornando-se uma ameaça às pessoas que ainda utilizavam o espaço (Figura 8). Depois da realização de um laudo técnico comprovando a situação de risco, foi realizada a desmontagem do palco nos primeiros meses de 2017, mas seus entulhos permanecem no lugar.

As últimas discussões dentro da Comissão de Revitalização sobre o palco do Bosque do CFH, realizadas no ano de 2016, caminhavam na direção de substituí-lo por outra infraestrutura que propiciasse atividades artístico-culturais, como um anfiteatro construído com materiais de baixo impacto.

Figura 7. Depredação do palco do Bosque.



Fonte: autor, junho de 2016.

Figura 8. Queda de árvores comprometendo a estrutura do palco.



Fonte: autor, junho de 2016.

No período entre 2013 e 2016 diversos projetos foram realizados no Bosque como o Cineparedão (projeção de filmes na parede externa do prédio do CFH) e o Cultura Viva (apresentações musicais e artísticas), além das ocupações espontâneas como atividades de calouros e com arte de rua como o grafite no palco do Bosque, organizado pelos próprios usuários. Como relatou um dos estudantes entrevistados enfatizando a importância do espaço: “do Bosque parte tudo, parte festa, parte manifestação, parte debate. O Bosque é um núcleo ativo de ideia, de pensamento e ação, onde se encontra toda essa malucada das humanas e de outros cursos.” (E1)

O trabalho da professora Ariane Kuhnen: *Percepções da comunidade universitária sobre o Bosque do Planetário*, realizado em 2009, traz um conjunto de dados coletados nos 11 Centros que compõe a UFSC sobre diferentes aspectos relacionados ao Bosque através da aplicação de questionário com 1292 sujeitos. (KUHNEN, 2012, p.388).

Esse estudo é um importante subsídio ao presente trabalho pois é o único trabalho acadêmico publicado sobre o Bosque do CFH e serve como referência para ilustrar as percepções sobre esse espaço mostrando que

a oportunidade de contato com a natureza (563 dos entrevistados), tranquilidade (404), silêncio (384), área de lazer (308) e, a privacidade (127) são os aspectos positivos apontados. Quase a totalidade, 82,4% já ouviu falar do Bosque. Pouco mais da metade, 54,7%, já estiveram no local e, pouco menos da metade 45,3 não. 35% justificaram não ir ao Bosque por não saber da sua existência e 17,6% nunca ouviu falar, mas 68,6% gostariam de conhecê-lo (KUHNEN, 2012, p.383).

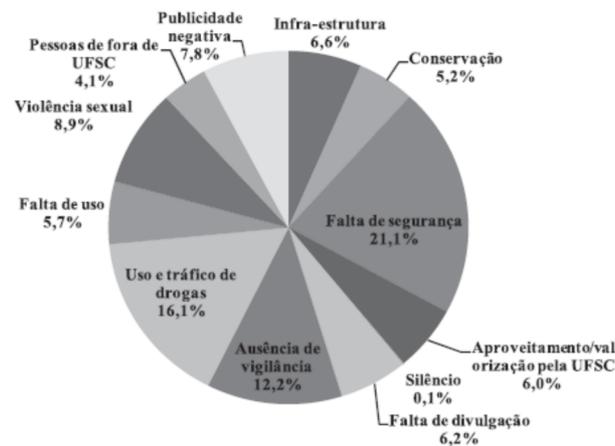
Gráfico 1. Finalidades de uso do Bosque do Planetário.



Fonte: KUHNEN, 2012, p.390.

Observa-se que somente 6% das finalidades de uso apontadas pelos entrevistados estão relacionadas ao uso de drogas, auxiliando assim a desmistificar uma visão preconceituosa e equivocada que considera o Bosque apenas como um lugar onde se fuma maconha.

Gráfico 2. Aspectos negativos apontados em relação ao Bosque.



Fonte: KUHNNEN, 2012, p.392.

Percebe-se que o principal aspecto negativo apontado é a falta de segurança no Bosque. O fato é que os profissionais de vigilância na UFSC se ocupam com a segurança patrimonial no campus e não há um programa preocupado com a segurança das pessoas e sim com sua vigilância através das centenas de câmeras espalhadas, o que não garante sua segurança. Acredito que a falta de iluminação também é um fator responsável pelos aspectos negativos apontados deixando a maior parte da área do Bosque às escuras durante a noite, facilitando atos delinquentes. Cabe aqui trazer uma questão sobre a segurança, mencionada por um técnico do DESEG. De acordo com seu relato, após o fechamento do acesso aos carros no Bosque, o tráfico de drogas teve uma diminuição significativa, praticamente desaparecendo.

Em função da presença dos córregos, a maior parte da área do Bosque do CFH é composta por APP's, representadas pelas matas ciliares em estágio secundário de regeneração da floresta ombrófila densa. O Bosque apresenta um setor mais elevado topograficamente, com grande quantidade de Eucaliptos em idade avançada, e outro setor de menor altitude desflorestado, ponto de encontro de três cursos de água provindos das comunidades da Serrinha, Carvoeira e Pantanal.

O estado de conservação em que o Bosque se encontra decorre, por um lado, do esquecimento e descaso históricos por parte da instituição UFSC com a área, resultando na falta de comprometimento com sua manutenção e institucionalização enquanto espaço verde de lazer (Figuras 9, 10 e 11). E esse estado também é resultado das poucas iniciativas de ocupação da área no sentido de sua conservação e recuperação ambiental.

Figura 9. Ausência de mata ciliar do curso de água.

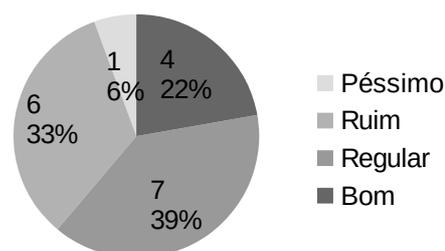


Fonte: autor, 2015.

A importância de sua conservação foi mencionada pelos entrevistados apontando diferentes aspectos, além da responsabilidade institucional com a conservação ambiental, fatores sociais, culturais, pedagógicos e ecológicos como a redução do escoamento superficial permitindo a infiltração das águas pluviais e o seu papel no microclima da região.

Os entrevistados classificaram seu estado de conservação na escala de 1 (péssimo) a 5 (excelente), obtendo os seguintes dados:

Gráfico 3. Estado de conservação do Bosque.



Fonte: o autor.

Ninguém considerou seu estado de conservação excelente e 78% dos entrevistados o classificaram como péssimo, ruim ou regular. O fato de aparentar um estado de conservação razoável à primeira vista pode dificultar a percepção de alguns de seus impactos ambientais como a poluição dos cursos de água, a ausência de mata ciliar ou a presença de espécies exóticas, em sua maioria visíveis a olhos um pouco mais atentos.

Como mencionou um dos entrevistados, é importante a definição conceitual acerca da proposta para o Bosque pois ele não é tratado como bosque, nem como arboreto e nem como área

de expansão, porque “*se fosse área de expansão botava tudo abaixo*” (P1). Por definição, um arboreto seria o cultivo de uma coleção de árvores e arbustos mantidas e ordenadas cientificamente, em geral documentadas e identificadas. O Bosque tem algumas de suas APP's constantemente roçadas pela equipe de manutenção, o que impede o processo de regeneração natural da floresta.

Atualmente, o Bosque do CFH encontra-se com alguns setores de sua área bastante degradados, sobretudo porque parte da área foi utilizada como estacionamento informal por vários anos (Figura 10). A intensa passagem de veículos nos últimos anos e a decorrente falta de cobertura vegetal em vários locais levaram à compactação do solo e consequente formação de canais de drenagem da água pluvial, intensificando os processos erosivos que ocasionaram até um episódio de enxurrada que impactou diretamente um dos prédios do CFH.

Figura 10. Estacionamento irregular no topo do Bosque do CFH.



Fonte: Ofício nº 53/2013/PROPLAN.

O abandono e falta de cuidado de alguns setores da área nos últimos anos propiciou o uso inadequado, inclusive com pontos de uso de crack nas áreas mais afastadas, acúmulo de lixo e a depredação das estruturas físicas, como no caso do antigo palco (Figura 11).

Figura 11. Local de consumo de crack na parte mais isolada do Bosque do CFH



Fonte: autor, abril de 2015.

Todos os entrevistados identificaram algum tipo de impacto ambiental e a maior parte dos impactos mencionados estão relacionados ao antigo estacionamento irregular com o impacto dos carros e sua decorrente compactação e erosão do solo, o que chegou a gerar episódios de enxurrada, e a poluição dos cursos de água por esgoto proveniente de ligações clandestinas à rede pluvial dos bairros circunvizinhos. Além desses ainda foram mencionados a ausência de mata ciliar nas margens dos cursos de água, o processo erosivo, a presença de espécies exóticas e o acúmulo de lixo e entulhos de obra no curso de água e suas margens. A forma de manejo também foi mencionada como impacto ambiental quando a área de APP em estado de regeneração é roçada pela equipe de manutenção das áreas verdes. Ainda foi citado o impacto referente à construção do prédio do LCME, obra construída no ano de 2007 que representou um avanço sobre a APP com mais um estacionamento irregular na margem do curso de água ainda em funcionamento.

Cabe aqui colocar que já está em curso o processo para retirada de todas as árvores exóticas presentes no Bosque do CFH – principalmente os Eucaliptos e Casuarinas – e sua substituição por espécies nativas, o que vai causar um impacto visual bastante significativo na paisagem devido à sua grande quantidade.

Quase na totalidade das entrevistas foi mencionada a escassez de espaços de convivência e áreas verdes no campus e no município, considerando o Bosque como a “última área verde”, o “último reduto de vegetação” do campus, alguns afirmam a necessidade de conservação de sua área e veem essa bandeira como um “luta”, interpretando-o como um espaço de “resistência”.

Com a escassez de espaços públicos de lazer, tanto na universidade como na região da bacia hidrográfica do Itacorubi, o Bosque representa uma área verde de grande importância para a qualidade de vida no ambiente urbano. A resolução conjunta IBAMA/FATMA 001/95 define um mínimo de 8m² de áreas verdes por habitante, e para a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) o indicador desejável deveria estar próximo de 15m²/hab. O campus apresenta a relação de 7,98 m²/hab dos espaços públicos verdes de lazer da bacia hidrográfica do Itacorubi, da qual faz parte, sendo que os espaços da UFSC representam aproximadamente 1% do total da área total da bacia³.

O Bosque do CFH tem um enorme potencial para realização de inúmeras iniciativas voltadas à conservação do meio ambiente e à educação ambiental crítica, podendo congregando ensino, pesquisa e extensão dentro do campus, através de diversos grupos que já desenvolvem atividades ligadas à Agroecologia e Agricultura Urbana dentro e fora do campus universitário, como o Núcleo de Permacultura (NEPERMA-CFH), Grupo de Educação Ambiental da Biologia

³ Segundo dados apresentados em 2012 pelo Subcomitê de Uso e Ocupação do Solo como resultado de sua elaboração para o Plano Diretor Participativo da UFSC.

(GEABIO-CCB), Grupo de Estudos e Prática em Agroecologia (GEPA-CCA), Centro de Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO-CCA), Núcleo de Educação Ambiental (NEAMB-CTC), entre outros. Mesmo com algumas iniciativas de práticas ecológicas há alguns anos no Bosque por parte destes diferentes grupos, são escassas experiências que permanecem ao longo do tempo em torno de sua conservação.

Cabe ainda mencionar a necessidade de expansão de práticas pedagógicas envolvendo tanto a comunidade acadêmica como as comunidades vizinhas ao campus, salientando a importância das práticas agroecológicas na universidade enquanto ferramenta pedagógica.

4.2 PROJETOS PROPOSTOS PARA O ESPAÇO

É preciso considerar o contexto institucional da UFSC a respeito dos seus instrumentos de planejamento e gestão e observar que em sua história nunca houve aprovação no Conselho Universitário de um instrumento oficial de gestão. Foram produzidas diferentes propostas de Plano Diretor, e mesmo não sendo oficializadas, acabaram sendo usadas como referência informal no planejamento e gestão do campus.

Para fundamentar a análise documental sobre a forma como o Bosque do CFH vem sendo tratado pela instituição foram usados como referência alguns documentos oficiais como o Parecer emitido pela Comissão Permanente do Plano Diretor da UFSC sobre a criação do Parque do Planetário, de 1997 (Anexo I); o Plano Diretor do Campus da UFSC: Diretrizes e Proposições, de 2005; o Plano Diretor do Campus Universitário da Trindade: Revisão Conceitual, Definições Urbanísticas e Ambientais – Versão Preliminar para Debate com a Sociedade, de maio de 2010; e a Leitura do Subcomitê de Uso e Ocupação do Solo do Plano Diretor Participativo da UFSC, de 2012.

Foi observado que há um impasse sobre um setor específico do Bosque, composto em sua maior parte por APP desflorestada, situado nos fundos do RU, próximo às quadras de tênis do CDS. Diferentes propostas já foram apresentadas para esta área verde como a construção de prédios (de estacionamentos em 2005; e o prédio da Moradia Estudantil em 2014) e de criação de Parques (Parque Universitário em 2010 e Parque Ambiental em 2013), ambos foram propostos à Administração Central mas não saíram do papel.

De acordo com a afirmação, em 2012, do Coordenador do Subcomitê de Uso e Ocupação do Solo do Plano Diretor Participativo da UFSC, “iniciativas anteriores de planejamento não foram (...) institucionalizadas, o que torna a gestão da ocupação do espaço do campus uma difícil tarefa administrativa, com poucos referenciais de planejamento.” (fonte: <http://planodiretor.ufsc.br/texto->

base/ Acesso em 06/06/2017)

Portanto não se tem a certeza de que as áreas do campus serão usadas conforme as orientações e diretrizes das propostas de PD. No caso do Bosque, mesmo apresentando a maior parte de sua área composta por APP, não se tem a garantia de que essa área não será utilizada para expansão de infraestrutura no futuro.

Já na década de 1990 é reconhecido o grau de saturação do campus da UFSC. Segundo a Comissão Permanente do Plano Diretor da UFSC (CPPD), o campus

encontra-se, atualmente, bastante próximo da ocupação total de seu espaço, atingindo um grau de saturação que ameaça a existência de espaços livres, que são, sem dúvida, indispensáveis, quer seja como um recurso de organização e clareza do espaço construído, quer seja para garantir as condições mínimas de conforto, ou ainda, para propiciar o encontro e o lazer. (Ofício nº 011/CPDF/97 – 26 de junho de 1997)

Nesse contexto surge a primeira proposta de criação de Parque para o Bosque do CFH (chamado de “Parque do Planetário”), elaborada pela CPPD, mas que se resume somente ao ofício nº 011/CPDF/97 – 26 de junho de 1997. A Comissão identifica o Bosque como “uma das raras áreas ainda disponíveis para composição de espaços verdes” evidenciando sua vocação como área verde de lazer e de convívio e reconhecendo a necessidade de medidas urgentes para impedir sua descaracterização pelo avanço de construções.

Se medidas urgentes não forem tomadas, esta área estará irreversivelmente destinada a ser ocupada como expansão repetitiva dos edifícios acadêmicos, de forma a descaracterizar ainda mais o espaço do Campus, pela homogeneização e indiferenciação do espaço construído. (Ofício nº 011/CPDF/97 – 26 de junho de 1997)

No ano de 2005 é apresentado o *Plano Diretor do Campus da UFSC: Diretrizes e Proposições*, como resultado de dez anos de trabalho da Comissão Permanente de Planejamento Físico do Campus (CPPFC) e retoma a proposta de criação de Parque para o Bosque do CFH.

A CPPFC considera o “Parque do Planetário”, segunda proposta de Parque para a área do Bosque do CFH, “um dos espaços mais significativos e necessários do Campus da Trindade” e justifica sua criação salientando o contexto de pressão sobre as áreas verdes do campus. “A pressão pela demanda de novas áreas construídas incidindo sobre as poucas áreas verdes restantes fez a CPPFC propor a criação do Parque do Planetário” (UFSC, 2005, p.7) No texto também ficam explícitos os conflitos de interesse presentes na construção da proposta.

Uma das diretrizes gerais para o PD de 2005 foi a preservação ambiental e criação de espaços verdes (parques, praças e caminhos). Nessa seção a CPPFC coloca a questão da pressão sobre as áreas verdes e dos conflitos existentes em torno de sua preservação.

(...) o Plano Diretor vem estabelecer a necessidade da preservação e criação de áreas verdes que, sem sua definição precisa para este fim, terminariam por ser sacrificadas em

benefício das áreas edificadas. A pressão sobre essas áreas já se faz presente e houve diversos conflitos no decorrer das atividades da Comissão, visando assegurar sua preservação. Assim, foram propostos alguns parques ou áreas verdes, tais como: Parque do Planetário; (...) (UFSC, 2005, pp. 19-20)

Apesar de citar no texto que existe um mapa do projeto de Parque em anexo ao documento do PD, esse anexo não foi encontrado.

Em maio de 2010 é apresentado o *Plano Diretor do Campus Universitário da Trindade: Revisão Conceitual, Definições Urbanísticas e Ambientais – Versão Preliminar para Debate com a Sociedade*, apresentado pelo Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE). No documento aparece a terceira proposta de Parque para o Bosque do CFH como

“um setor específico do zoneamento universitário, em primeiro lugar pela necessidade de garantir uma área de dimensões compatíveis com as necessidades da UFSC em responder às exigências ambientais da legislação federal. Em segundo lugar, a instituição do Parque, está proposta por funções que pode apresentar como as de lazer, ambiental, comunitária, cultural, desportiva, acadêmica muitas outras que certamente serão ainda aproveitadas. (UFSC, 2010, p.85)

Como a própria equipe técnica da Coordenadoria de Planejamento afirma: “Um campus que não oferece equipamentos de uso comunitário, como parques, equipamentos desportivos, atividades culturais, afasta a comunidade criando antipatias.” (UFSC, 2010, p.76)

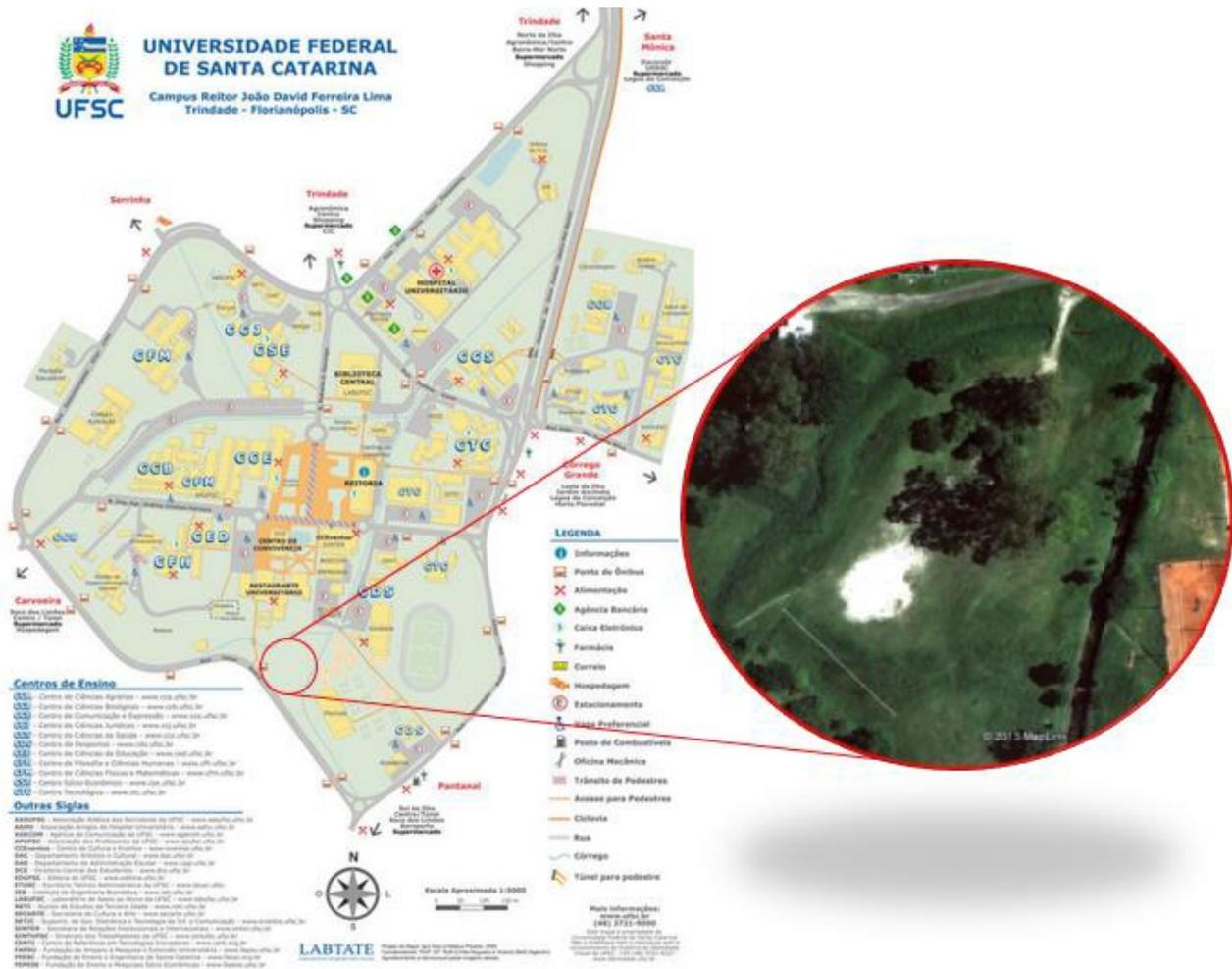
A proposta do chamado “Parque Universitário” surgiu após as discussões sobre o Plano Diretor da UFSC de 2005, o projeto foi construído a partir de 2009 e apresentado em 2010 pelo pessoal do Escritório Técnico da Universidade (ETUSC), antigo órgão de planejamento do campus, como parte integrante do Plano Diretor.

No documento do PD essa área aparece como

uma unidade periférica, mas não menos importante que outras, mostra a área compreendida entre o Bairro da Serrinha e a Av. Desembargador Vitor Lima, junto com áreas do Horto Botânico e Colégio de Aplicação. (...) Trata-se de áreas que sofreram as menores intervenções humanas nestes 50 anos de existência da UFSC, e que, por este motivo, ainda guardam uma boa cobertura de vegetação de tipo secundário. Contudo, pelo acelerado crescimento dos bairros limítrofes ao setor, estas áreas estão ameaçadas e merecem cuidados urgentes e especiais de preservação, tendo em vista, a crescente pressão social dos assentamentos habitacionais informais nos limites do morro.

Segundo relato de um dos idealizadores do projeto “a ideia surgiu por conta da necessidade de preservação de uma área verde no campus e evoluiu para a proposta de criação de um Parque que pudesse responder à necessidade do relacionamento da universidade com os bairros do entorno”. Essa proposta de criação do chamado Parque Universitário, contou com a participação de professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento em sua elaboração e previa uma área que ocupava todo o bosque do CFH incluindo toda uma APP que se estende até o limite do campus universitário com a comunidade da Serrinha (Figura 12).

Figura 13. Localização da área proposta para o Parque de Educação Ambiental.



Fonte: Núcleo de Processamento de Resíduos, 2013.

O último espaço para discussão sobre a criação do Parque Universitário da UFSC foi o Seminário organizado pela Direção do CFH, no dia 29 de junho de 2016, quando foi apresentado o histórico das ações institucionais em relação à área e feita uma roda de conversa com dezenas de pessoas interessadas e apresentação dos projetos atuais e debate sobre os desdobramentos futuros da proposta. Esse Seminário permitiu constatar mais uma vez a diversidade de ideias sobre a criação do Parque na UFSC. Não tiveram encaminhamentos objetivos e o arquivo com o áudio do espaço pode ser acessado pelo link: https://www.mixcloud.com/CFH_UFSC/.

Além dos projetos de criação de Parques para o Bosque do CFH ainda foram identificadas propostas de construção de prédios para a mesma área. A primeira delas aparece no PD de 2005 como um prédio de estacionamentos numa das áreas do Bosque do CFH:

Toda a área sul, vinculada ao Setor Desportivo e ao Parque do Planetário está prevista no Plano Diretor para ser reformulada. De fundos do Campus - formado historicamente por intervenções de localização e pelo abandono - propõe-se a criação da Entrada Sul com um edifício articulador entre o nível da rua e o declive em relação ao Campus, aproveitando o

teto para estacionamentos, voltados para o exterior e o pavimento inferior encontra como área de convivência, ligada ao Bosque do Planetário e elemento articulador entre este e o Setor Desportivo. A lateral do Canal destina-se, também, a estacionamentos que poderão ser ocupados pelo Centro de Cultura, tendo em vista que os horários de utilização são diferentes dos períodos mais ativos do Campus. A entrada sul faz parte do Eixo Central do Campus, vindo se articular com o sistema de praças e caminhos que une as atividades administrativas, culturais e de convívio. (UFSC, 2005, pp.36-7)

Sobre essa proposta, uma das professoras entrevistadas comentou: “meu medo é que com essa ideia de parcerias público-privado essa área acabe virando uma área negociável, digamos assim, acho que a gente tem que impedir qualquer tipo de tentativa de negociação dessa área, é uma área da UFSC, é uma área de preservação.” (P2)

A segunda proposta de construção de prédio para a mesma área é o projeto da Moradia Estudantil. Esse projeto foi elaborado sob coordenação de um professor da Arquitetura e foi apresentado à comunidade acadêmica por volta de 2013. Ele inclui as reformas do Centro de Convivência e de uma parte das antigas instalações do RU e a construção de um prédio de Moradia Estudantil na área ociosa próxima ao CDS.

Ainda foi identificado um projeto de Rede Ciclovária da UFSC, apresentado pela Administração Central da UFSC à Prefeitura Municipal de Florianópolis em 2013, que atravessa o Bosque do CFH (Figura 14). A proposta integra, por meio de ciclovias e ciclofaixas, os bairros no entorno da UFSC (Trindade, Carvoeira, Serrinha, Córrego Grande, Pantanal, Santa Mônica e Itacorubi), chegando até o Centro de Ciências Agrárias (CCA).

Figura 14. Imagem do Projeto de Rede Ciclovária da UFSC.



Fonte: <http://reitoria.ufsc.br/2013/07/12/universidade-busca-recursos-para-implantar-ciclovias-dentro-e-no-entorno-do-campus-em-florianopolis/> Acesso em 15/03/2017.

5 ENTRE AÇÃO DIRETA E LUTA INSTITUCIONAL

Entre as práticas de contestação do *status quo* no contexto universitário, as ocupações de Reitoria, do Centro de Convivência e dos próprios Centros de Ensino do campus da UFSC, quando construídas pela base, mostram as potencialidades da autoatividade coletiva.

Aqui pretendo trazer outra contribuição de Marcelo Lopes de Souza, com sua discussão sobre a relação entre ação direta e luta institucional. Para o autor

a ação direta compreende as práticas protagonizadas pelos movimentos sociais, com finalidades de protesto e de construção de alternativas, independentemente do Estado e mesmo afrontando-o e desafiando-o, a luta institucional, de um ponto de vista libertário, diz respeito às práticas em que os movimentos sociais, para promover certos objetivos, se utilizam, taticamente, de determinados canais instituídos pelo Estado em conjunturas favoráveis, mas jamais traduzindo-se na adesão à forma-partido ou na aceitação de cargos em governos, em qualquer escala. (SOUZA, 2010, p. 26).

No texto *Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?*⁴ Souza faz uma reflexão sobre o valor tático de se utilizar canais institucionais estatais para se tentar promover certos avanços (ou evitar determinados retrocessos) e sobre quais riscos e armadilhas tal uso tático pode trazer consigo. Compreendida como a “atividade de luta armada, mas também de propaganda, agitação e organização, com a finalidade de promover a revolução social e eliminar a exploração de classe e o Estado que lhe dá respaldo” a ação direta designa “o conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas *apesar* do Estado ou *contra* o Estado, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais.”

Em sua argumentação o autor ressalta a importância de não perder o senso crítico e explorar, com muita cautela, certos canais e políticas.

A utilização da margem de manobra propiciada pelas brechas legais, pelas instâncias participativas oficiais e pelos recursos públicos (...) não há de se dar (...) sem muita prudência e uma grande dose de desconfiança, exatamente porque não se deve esquecer que, *estruturalmente* o Estado não serve à liberdade, mas sim à sua restrição, e em situações-limite, à sua supressão. (SOUZA, 2015, p. 64).

E continua mostrando que a “luta institucional não substitui, em hipótese alguma, a ação direta; no fundo, subordina-se a ela, assim como a tática subordina-se à estratégia, e não o contrário” e afirma: “a ação direta é uma *necessidade*; a luta institucional, uma *possibilidade*”.

Dependendo das circunstâncias, se for possível avaliar que os ganhos materiais e até mesmo político-pedagógicos da luta institucional (não partidária) tendem a ser superiores às eventuais perdas (é preciso ter em mente, acima de tudo, o risco de cooptação estrutural), coisas como a disputa e a utilização inteligente de canais participativos podem *complementar* a ação direta – *resguardada sempre a maior independência possível das organizações dos movimentos em face do Estado*. (SOUZA, 2015, pp. 64-5)

⁴ Dividido em duas partes, o texto foi originalmente publicado no site binacional (Brasil-Portugal) Passa Palavra e posteriormente, publicado na coletânea: “Dos espaços de controle aos territórios dissidentes, escritos de divulgação científica e análise política” em 2015 pela Editora Consequência.

5.1 OS CASOS QUE SE MANIFESTARAM NO BOSQUE DO CFH

Se considerarmos que as práticas das instituições estatais, no contexto universitário, são expressão da correlação de forças existentes entre frações da comunidade acadêmica, abrimos a possibilidade de perceber que a estrutura da Universidade, mesmo sendo uma instância de poder heterônoma, também apresenta fissuras que representam potencialidades a serem exploradas.

A análise do objeto de estudo em questão pode servir para ilustrar uma visão crítica com relação às instituições estatais na medida em que se valoriza a autoatividade e autonomia estudantil num contexto heterônimo. Cabe aqui reconhecer o aporte da perspectiva libertária⁵ às discussões sobre a construção da autonomia e o combate da heteronomia.

Assim, posso afirmar que a territorialização das práticas agroecológicas é fruto de um processo que se iniciou com a ação direta auto-organizada por estudantes do CFH em torno de questões ligadas à conservação ambiental.

Através das entrevistas foram identificados diferentes níveis de tensionamentos e conflitos em torno do uso do espaço, estabelecidos entre determinados agentes que se relacionam com o Bosque do CFH de alguma forma, sendo que os principais são os seguintes: o fechamento do acesso de carros no Bosque gerou um leve tensionamento entre os técnicos do Planetário e a Direção do CFH, relacionado à questão da acessibilidade ao Planetário, e entre vários antigos usuários do espaço como estacionamento e a Administração do CFH também foram identificados tensionamentos; tensionamentos em torno do manejo das áreas verdes entre as práticas agroecológicas e a manutenção tradicional; conflitos em torno de diferentes propostas de ocupação de sua área ociosa; as questões de demanda por espaço físico do CFH e irregularidade fundiária do GED envolvendo conflito entre a comunidade do CFH e o GED; os conflitos institucionais em torno da questão da gestão de resíduos sólidos e a proibição do pátio de compostagem; o conflito entre a comunidade universitária e as polícias militar e federal no caso que ficou conhecido como o “Levante do Bosque”.

No caso do Bosque do CFH, é difícil falar em espacialização das relações de poder sem mencionar os conflitos e tensionamentos entre o Grupo de Escoteiros e a comunidade do CFH, relacionados ao uso do espaço, ou sem mencionar os tensionamentos em torno da questão da gestão de resíduos sólidos na UFSC. Esses assuntos, somados ao episódio do dia 25 de março de 2014, quando cerca de 300 pessoas resistiram à ação da Polícia Militar, foram os mais polêmicos que apareceram ao longo das entrevistas.

⁵Entendida como “crítica radical da heteronomia e rejeição simultânea do capitalismo (e do Estado capitalista) e do “socialismo burocrático” (e das suas premissas políticas e filosóficas, embutidas no marxismo típico)” (SOUZA, 2012, p.30)

Trazendo essa reflexão sobre ação direta e luta institucional para o Bosque do CFH, com base na experiência adquirida pelo envolvimento direto com o cotidiano nesse espaço, destaco as seguintes ações como práticas de contestação do *status quo* no contexto universitário onde se manifestam os elementos da ação direta e da luta institucional. Posso afirmar que essas ações foram motivadas a partir da organização consciente, espontânea e autônoma, principalmente por estudantes de diferentes cursos da UFSC, sem autorização ou vinculação com qualquer órgão institucional ou estudantil.

I - O fechamento do acesso de carros ao bosque no dia 28 de junho de 2013. Primeiro, com varas de bambu e, posteriormente, essas foram substituídas por cancelas permanentes a fim de evitar o uso daquele espaço como estacionamento e passagem de carros.

Há vários anos o Bosque já vinha sendo utilizado como estacionamento irregular com um número crescente de carros invadindo o espaço a cada dia, o que intensificou a degradação do ambiente. Foi um fato observado por todos que frequentavam a área e gerou uma mobilização em torno do fechamento do acesso aos carros no Bosque.

Nesse caso se manifestaram tanto a ação direta, por meio da ação coletiva de estudantes no seu fechamento em duas entradas com varas de bambu e blocos de concreto, como a luta institucional, por meio da mobilização dentro do Conselho de Unidade do CFH. As primeiras ações de fechamento causaram grande transtorno para as pessoas que estavam acostumadas a usarem aquele espaço como estacionamento e foi necessário que as cancelas de bambu fossem refeitas várias vezes durante as primeiras semanas por que eram destruídas pelos usuários, assim como os blocos de concreto também eram deslocados com frequência sendo necessária sua recolocação para afirmar o impedimento do acesso aos carros. Simultaneamente ocorreu uma articulação institucional no CFH entre os membros do Conselho de Unidade que eram favoráveis à supressão daquele estacionamento irregular e, mesmo com pessoas contrárias ao fechamento do acesso aos carros, foi aprovado no Conselho de Unidade e solicitada a construção de cancelas permanente nos dois acessos ao Bosque. Nesse caso, considerando o contexto muito específico, podemos perceber de forma clara a relação de complementaridade entre ação direta e luta institucional e a importância de combiná-las para avanços concretos num contexto heterônimo.

Considero que nesse caso houve uma refuncionalização do espaço material no momento em que uma das áreas do Bosque deixou de ser usada como estacionamento irregular e passou a ser usada como área de lazer. Pode-se afirmar que houve uma adaptação do substrato a novas necessidades a partir da mobilização das pessoas interessadas na retomada e manutenção da área como espaço verde de convivência e práticas pedagógicas. Segundo Marcelo Lopes de Souza a refuncionalização espacial

trata-se do ajuste do substrato espacial material a novas necessidades, decorrentes de novas relações sociais. (...) Às vezes a adaptação pode ser alcançada através de intervenções físicas mínimas, utilizando-se espaços preexistentes de uma maneira nova e criativa. (SOUZA, 2013 p. 252)

O fechamento do estacionamento irregular foi considerado um “marco primordial”, uma atitude “radical”, “crucial” ou o “começo da briga”, trazendo alguns dos termos citados. Percebe-se que o fechamento do acesso aos carros no Bosque é parte de um processo maior de revitalização protagonizado pelos próprios estudantes, professores e funcionários, principalmente do CFH.

Todas as pessoas entrevistadas consideraram importante o fechamento do acesso aos carros no Bosque, em boa parte das entrevistas a ação foi percebida como uma mudança positiva e bastante significativa do espaço. Houve somente uma pessoa que desaprovou o fechamento do acesso aos carros argumentando sobre a necessidade de acessibilidade ao Planetário.

Foi mencionado que haviam posicionamentos políticos antagônicos, explicitados através dos pedidos para que a área fosse pavimentada para melhorar as condições do “estacionamento”. Foi uma atitude que afetou centenas de pessoas impedindo que deixassem seus carros naquele espaço, inclusive gerando reações agressivas de parte delas.

Outra questão levantada está relacionada ao problema dos estacionamentos da UFSC em geral e a necessidade de democratização do acesso às vagas existentes, uma vez que as vagas disponíveis não são distribuídas de forma igualitária entre os diferentes Centros de Ensino.

II - O plantio direto de espécies arbóreas e arbustivas na mata ciliar de um curso de água para recuperação da Área de Preservação Permanente e a criação e manutenção de uma composteira para gestão de resíduos orgânicos e geração de adubo no período de 2012 a 2014.

Dando continuidade ao movimento de reocupação do Bosque com ações de conservação ambiental, considero que as práticas agroecológicas que se manifestaram no Bosque do CFH, como o plantio para recuperação da APP e a prática de compostagem para gestão de resíduos sólidos, apresentam elementos de protesto e representam uma alternativa ao modelo de gestão ambiental do campus através da combinação entre ação direta e luta institucional em torno da questão ambiental.

No caso dos plantios na mata ciliar de um curso de água para recuperação da APP a ação direta se manifestou através dos mutirões auto-organizados e teve um papel fundamental no processo de territorialização das práticas agroecológicas uma vez que promoveu a atividade coletiva, facilitando uma articulação integrada entre diferentes setores. Além disso essas ações fomentaram a elaboração do projeto de recuperação das áreas degradadas para assegurar uma área experimental onde fosse possível desenvolver as práticas sem o risco de resistências institucionais.

A resistência institucional às práticas agroecológicas se manifestou de diversas formas, na destruição dos plantios na mata ciliar no período de 2012 a 2014, usando a APP como estacionamento, na proibição de compostagem no campus universitário e na resistência burocrática para aprovação do PRAB, ambos no ano de 2014.

Em 2014, a UFSC passava por uma crise na gestão de resíduos sólidos que culminou na proibição do funcionamento do pátio de compostagem, onde todos os resíduos orgânicos gerados no campus eram processados. Num período de mais de um ano os resíduos orgânicos gerados em todo o campus foram descartados como lixo comum e enviados ao Aterro Sanitário de Biguaçu, exercendo um impacto direto no PRAB por ser o composto orgânico um dos principais insumos utilizados para realização das atividades. Como forma de protesto foi organizado um ato pelos estudantes durante a Semana do Meio Ambiente, no qual foi transportada uma quantidade de resíduos orgânicos do RU para uma das áreas degradadas do Bosque do CFH e construída uma composteira (Figura 15). Essa ação serviu para dar visibilidade à questão dos problemas em torno da gestão de resíduos sólidos na UFSC e também serviu como protesto para que fosse retomada a prática de compostagem no campus universitário e suprimida sua proibição.

Figura 15. Preparação da composteira para o ato.



Fonte: autor, 02/06/2015.

III - A ocupação efêmera das estruturas físicas do Grupo de Escoteiros Desterro no dia 1º de outubro de 2013 reivindicando o espaço como Centro Estudantil Integrado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Sede do futuro Parque do Bosque.

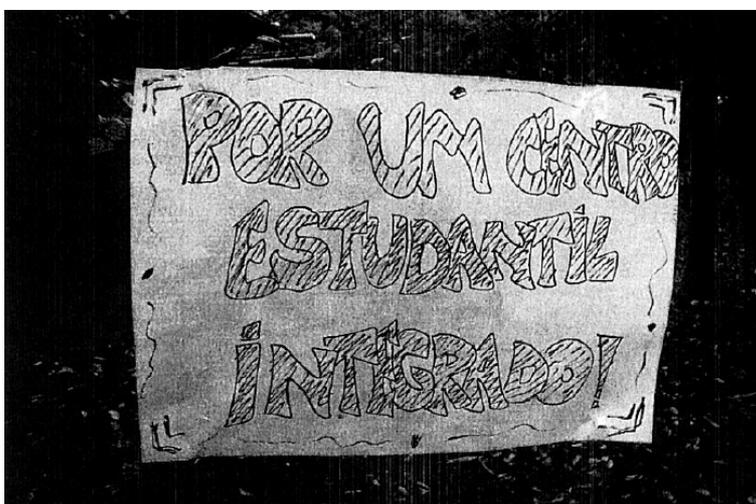
O caso da ocupação efêmera da área destinada ao GED se insere num contexto de condições precárias de espaço físico dos CA's do CFH e de mobilizações estudantis por espaços físicos de qualidade.

Antes mesmo da implementação do Programa do Governo Federal de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) entre 2009 e 2011, as pressões sobre o espaço físico e a necessidade de ampliação dos prédios no CFH já se mostrava urgente, com a consolidação do Programa os problemas se agravaram. Essa demanda aparece institucionalmente na busca por laboratórios de ensino, laboratórios e núcleos de pesquisa, salas de professores, salas de aula e também como reivindicação estudantil por espaços para centro acadêmicos, estudo e convivência.

Nesse contexto houve uma articulação estudantil que se iniciou de forma autônoma e teve apoio de alguns CA's do CFH questionando a utilização do espaço ocupado pelo GED, propondo a criação do Centro Estudantil Integrado. A ideia surgiu com base na crítica à ociosidade daquele local e sua situação fundiária irregular por vários anos, da indignação com a precariedade dos espaços físicos de nossos centros acadêmicos e como resposta às volumosas e crescentes demandas por espaço físico no CFH.

No dia 01/10/13 foi organizado um ato estudantil no qual a área cercada do GED foi ocupada por dezenas de estudantes para realização de uma discussão sobre espaços ociosos na UFSC. A proposta de uso do espaço apresentada pelos estudantes era a de criação de um Centro Estudantil Integrado do CFH servindo também como sede do futuro Parque Universitário.

Figura 16. Cartaz reivindicando a criação do Centro Estudantil Integrado.



Fonte: autor, 01/10/13.

A ação não foi bem-vinda pelos integrantes do GED que chegaram a registrar Boletim de Ocorrência junto ao Departamento de Segurança da UFSC (DESEG) contra os estudantes envolvidos na atividade, considerada como “invasão da Sede do GED” em denúncia feita na Ouvidoria da UFSC.

Ao fazer o encaminhamento do processo, o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da época considera que “a ocupação por parte dos estudantes do CFH no espaço destinado ao GED, desde

décadas, (...) configura-se como uma agressão às normas institucionais vigentes sobre o espaço universitário”.

Esse encaminhamento desconhece ou desconsidera a agressão às normas vigentes sobre o espaço universitário cometida pelo GED, conforme resultado da Auditoria Interna da UFSC nº0022013, de 11 de outubro de 2013, quando constatou a

falta de instrumento de contrato” e recomenda que “os gestores responsáveis examinem a pertinência e regularizem a ocupação dos espaços físicos atualmente ocupados, atentando-se para o disposto no artigo 5º da Lei n. 6.120/74, que dispõe sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino e dá outras providências, e para o que preconiza a Lei n. 8.666/93.

Nesse caso, o próprio CFH, através da Comissão de Espaço Físico, se posicionou solicitando ao Gabinete da Reitoria a finalização do contrato com os escoteiros e afirmou a necessidade de apropriação daquele espaço para atividades fins da Instituição, justificada pela grande demanda do CFH por espaço físico para atender suas necessidades. Através do levantamento documental verificou-se que não possuem relação institucional formalizada com a UFSC.

Considero que nesse caso houve um processo de ressignificação do lugar, uma vez que a situação remete à valorização da dimensão cultural/simbólica dos espaços do Bosque do CFH. Para Souza, com a ressignificação do lugar

a imagem dos lugares é, muitas vezes, disputada entre diferentes agentes. Nessas circunstâncias, a cultura, o simbolismo e o discurso aparecem na qualidade de “campos de batalha”, em que visões de mundo e práticas hegemônicas e não hegemônicas entram em confronto. As representações espaciais (por exemplo, por meio da paisagem), os relatos sobre as histórias dos lugares, a toponímia, as discussões em torno das supostas “vocações” e do futuro dos espaços... Tudo isso tem, não raro, crucial importância para as lutas políticas. (SOUZA, 2013, p.253)

IV - A resistência ao ataque sofrido pelas Polícias Federal e Militar no episódio do dia 25 de março de 2014.

O caso que ficou conhecido como Levante do Bosque foi um dos episódios políticos mais importantes da história do Bosque do CFH e, sem dúvida, o episódio mais marcante que aconteceu durante o recorte temporal desta pesquisa. É um tema bastante polêmico e envolve processos judiciais ainda em andamento. Mesmo não sendo o foco do trabalho, merece atenção por ter aparecido algumas vezes nas entrevistas e também porque é impossível falar em espacialização das relações de poder no Bosque sem mencionar esse episódio.

No dia 25 de março de 2014 ocorreu uma operação da Polícia Federal quando um estudante sofreu tentativa de prisão por policiais a paisana que tentaram conduzi-lo num veículo sem identificação a um Departamento de Polícia pelo porte de 3 gramas da erva *Cannabis Sativa*. Este fato gerou a mobilização de cerca de 300 pessoas para impedir que o estudante fosse levado daquela maneira (Figuras 17 e 18). Após horas de negociação sem sucesso entre o Delegado da Polícia

Federal e os gestores da UFSC (Direção do CFH e o Chefe de Gabinete da Reitoria, no caso) a tropa de choque da Polícia Militar foi acionada e agiu com spray de pimenta, bombas de efeito moral e tiros com bala de borracha para dispersar os manifestantes e levar o estudante (Figura 19). A operação, considerada desproporcional pelos manifestantes, gerou revolta e os veículos da polícia e DESEG foram virados em resposta às agressões (Figura 20).

Figura 17. Mobilização da comunidade acadêmica.



Fonte: <https://educacao.uol.com.br/album/2014/03/26/confira-fotos-do-protesto-de-estudantes-da-ufsc.htm#fotoNav=1>
Acessado em 22/08/2016.

Figura 18. Mobilização da comunidade acadêmica.



Fonte: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/03/confronto-entre-estudantes-e-policiais-transforma-ufsc-em-campo-de-guerra-4456527.html> Acessado em 22/08/2016.

Figura 19. Ataque da tropa de choque da Polícia Militar.



Fonte: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/03/confronto-entre-estudantes-e-policiais-transforma-ufsc-em-campo-de-guerra-4456527.html> Acessado em 22/08/2016.

Figura 20. Revolta dos estudantes após ataque da Polícia Militar.



Fonte: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/03/confronto-entre-estudantes-e-policiais-transforma-ufsc-em-campo-de-guerra-4456527.html>. Acessado em 22/08/2016.

Outra questão levantada por meio desta pesquisa está relacionada ao consumo de substâncias psicoativas pelos usuários do Bosque. Essa é uma discussão bastante polêmica e impossível deixar de mencioná-la ao falar do Bosque por conta da importância desse espaço para a comunidade usuária de cannabis.

O episódio do Levante do Bosque permite fazer uma série de reflexões como, por exemplo, a forma como o Estado trata a questão do uso da cannabis, a falência do modelo de “guerra às drogas” adotado pelo Estado e suas trágicas consequências, o uso da violência pela polícia, o ataque à autonomia da Universidade, entre outras.

Alguns dos entrevistados mencionaram uma visão sobre o Bosque que o considera como um “lugar de drogados”, a “república dos maconheiros”. Como relatou um estudante entrevistado, “a universidade tem que contemplar a universalidade das dimensões humanas e, às vezes, fumar maconha é uma delas, é interessante que a gente possa ter esse espaço aqui, e que bom que o usuário talvez se sinta seguro de fumar maconha aqui, de saber que não vai tomar uns tapa na cara, que não vai tomar um “ataque””(E1). Segundo relato de outro entrevistado, a UFSC “deveria ter um programa mais sério sobre o uso de drogas e redução de danos, debates muito mais abertos sobre o uso de substâncias psicoativas, um tratamento científico e adulto sobre essas questões”(E2).

5.2 O PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO BOSQUE DO CFH

A territorialização das práticas agroecológicas no Bosque do CFH se deu pela projeção no espaço de novas relações de poder a partir da institucionalização do projeto de Recuperação

Ambiental com Sistemas Agroflorestais.

O processo que levou à territorialização das práticas agroecológicas iniciou-se no ano de 2012 com a intenção, motivada por estudantes de diferentes cursos do CFH, de re/ocupar o Bosque com práticas agroecológicas – uma vez que outras iniciativas ocorreram em diferentes momentos na história de ocupação do Bosque – como o plantio de espécies arbóreas frutíferas para restauração da mata ciliar dos cursos de água, manejo de resíduos sólidos através da compostagem e geração de adubo orgânico para manutenção de horta comunitária entre outras atividades. Todas essas ações foram realizadas ao longo de dois anos de forma autônoma, sem vínculos institucionais ou com alguma entidade estudantil. É válido reconhecer que atividades com esse caráter não são novidades no Bosque, de certa forma sempre houve alguma movimentação da comunidade acadêmica e do entorno na realização de atividades culturais e ambientais de forma autônoma.

Com base na observação sobre o Bosque, num primeiro momento foi identificada (por parte de um grupo de estudantes no qual eu estive presente) a falta de cobertura vegetal na margem de um curso de água e a necessidade de plantio de espécies arbóreas para a recuperação desta área específica do Bosque. Foram então realizados mutirões de plantio para minimizar, de certa forma, o problema detectado. Por serem organizadas e executadas de forma autônoma, espontânea, voluntária e sem grandes compromissos de continuidade pelas pessoas envolvidas, essas atividades eram pontuais e esporádicas. Apesar de não obterem pleno êxito em seus objetivos por diversos fatores (entre eles, a falta de cuidado com as mudas plantadas pelos serviços de manutenção e roçada das áreas verdes), os mutirões também serviram como oportunidade de integração e aprendizagem entre as pessoas envolvidas.

Num segundo momento passamos a ter um contato mais próximo com a Prefeitura Universitária, que emprestava algumas das ferramentas usadas nos mutirões, e com a Direção do CFH, por permitir que as ferramentas fossem armazenadas no palco do Bosque, infraestrutura mais próxima dos canteiros. Nesse momento já eram mais frequentes as atividades de composteira e manutenção de horta, mas ainda sem grandes objetivos de permanência.

Com a eleição da Direção do CFH em 2012, foi criada, no início de 2013, a Comissão de Revitalização do Bosque do CFH (CRB), organismo composto por professores, técnicos e estudantes deste Centro com o intuito de apoiar e dar continuidade às atividades de recuperação ambiental em curso, bem como viabilizar os procedimentos para criação de um Parque previsto no anteprojeto do Plano Diretor da UFSC. Considerei interessante do ponto de vista tático e comecei a participar enquanto membro desse canal institucional, logo após sua formação, para que pudesse servir para ampliar as formas de atuação no Bosque. No início participavam poucos professores, técnicos e estudantes do CFH mas, ao longo do tempo, mais pessoas se aproximaram e outros

setores foram se inserindo como o Planetário, o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e a Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), fazendo com que essa comissão funcionasse como instrumento articulador entre diferentes setores.

A necessidade, por parte da instituição, de estabelecer procedimentos e planos para as compensações ambientais das obras em construção dentro do campus universitário fez com que a Coordenadoria de Gestão Ambiental, organismo recentemente reestruturado na última gestão de Reitoria, se aproximasse da Direção do CFH e se inserisse na CRB, no final de 2013, para articular a possibilidade de executar as compensações no Bosque, uma das últimas áreas passíveis de receber plantio de mudas, que é a ação mais recorrente como compensação ambiental no campus.

Uma das primeiras ações da CRB foi realizar um trabalho de campo no Bosque para analisar a situação em que se encontrava. Foram identificados os diversos impactos já citados, como a depredação do palco e estruturas físicas, acúmulo de lixo e entulhos nas APPs de cursos de água, erosão e compactação do solo, ausência de mata ciliar nas margens dos cursos de água, contaminação por esgoto nos cursos de água, falta de iluminação, entre outros. Constatou-se a necessidade de criar meios para minimizar os impactos observados e atuar na resolução dos problemas detectados nos trabalhos de campo.

Nesse mesmo período estava tramitando o processo burocrático para liberação da construção de dois Blocos novos no CFH, sendo necessária a supressão de dezenas de árvores do Bosque na área a ser construída. Em 11 de outubro de 2013 a PROPLAN encaminhou à Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM) uma proposta de compensação ambiental⁶ a ser coordenada pela PROPLAN, através do setor de Gestão Ambiental, e executada pela Prefeitura Universitária.

No ofício a PROPLAN observou que “a área do Bosque encontra-se bastante degradada” reconhecendo que “há a necessidade de restauração ecológica da área para que se restabeleça o ecossistema degradado” e propõe

compensar a intervenção realizada para implantação do Bloco E, F e Anexo E, através da recuperação do Bosque, cumprindo-se assim, as necessidades legais e ambientais e oferecendo à comunidade uma área verde, de melhor qualidade, que possa servir como um ambiente de convivência e lazer. (Ofício nº 53/2013/PROPLAN, p.2)

Nesse documento a UFSC ainda compromete-se com a “liberação de recurso, disponibilização de mudas e mão-de-obra, além de fomento aos projetos de extensão voltados à recuperação do Bosque em conjunto com o Grupo de Defesa do Bosque.”

⁶ Referente à construção dos Blocos E, F e anexo E, por meio do Ofício nº 53/2013/PROPLAN

Em 31 de outubro de 2013 UFSC e FLORAM firmam o Termo de Compromisso nº 16/2013, no qual é listada, entre outras obrigações por parte da UFSC, a “restauração ecológica do Bosque do CFH, conforme proposta apresentada pela Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento”.

Nesse momento percebemos uma conjuntura favorável para a proposição de alternativas que viabilizassem um uso mais adequado aos interesses de conservação ambiental. Considerando a necessidade e carência de projetos de caráter sócioambiental no Bosque do CFH, no final de 2013 demos início (eu e o estudante de Antropologia Caio Ramos de Carvalho) à elaboração de um projeto de recuperação ambiental para o Bosque. Com o intuito de potencializar as ações em curso e garantir sua continuidade e permanência através de sua institucionalização, o projeto previa o manejo agroecológico e o uso dos sistemas agroflorestais para restauração das áreas degradadas.

A partir daí, iniciamos a busca por parcerias a fim de concretizar a proposta. Apesar da resistência burocrática para a sua criação, o Núcleo de Estudos em Permacultura (NEPerma) já estava em funcionamento e procuramos o prof. Arthur Nanni (coordenador do NEPerma) que, após consultado sobre a possibilidade de assumir a coordenação do projeto, aceitou participar e colaborou com sua concepção e execução, viabilizando o suporte do NEPerma à sua implementação.

Em seguida o projeto foi proposto à CRB, que o apoiou e auxiliou em sua articulação. Na sequência, foi encaminhado à Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento, que desde o início de 2014 já estava com o projeto em mãos. Em março do mesmo ano a Direção do CFH faz um pedido oficial à PROPLAN para que dessem apoio ao projeto, citando a necessidade de compensação ambiental dos prédios que seriam construídos no CFH.

Encaminho à PROPLAN solicitação de apoio ao PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO BOSQUE DO CFH POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA AGROFLORESTAL (SAF), coordenado pelo prof. Arthur Schmidt Nanni. O projeto tem o apoio da Comissão de Revitalização do Bosque do CFH, e integra o plano de atividades dessa Comissão, que iniciou no ano de 2013 um conjunto de ações visando a recuperação das áreas degradadas do Bosque do CFH e sua revitalização. O apoio da PROPLAN ao conjunto de atividades propostas é fundamental para que possam ser realizadas na maior brevidade. Lembro ainda que a UFSC tem uma compensação ambiental em andamento, em função da construção dos prédios E, F e G do CFH, e que há ainda um conjunto de trabalhos a serem feitos para o cumprimento da devida compensação. (Processo 23080.013846/2014-76. Solicitação de recurso financeiro. Responsável: Direção do CFH)

Até o final de 2014 as atividades ainda aconteciam esporadicamente, na medida em que as pessoas estavam dispostas a participar de forma voluntária nos mutirões fazendo com que as atividades não tivessem uma relativa constância ao longo do tempo, o que de certa forma era um dos fatores que impedia o avanço progressivo das atividades.

Somente em setembro de 2014, depois de uma reunião entre a Direção do CFH, integrantes da Gestão Ambiental e o Pró-Reitor da PROPLAN, na qual foi apresentado o projeto de

Recuperação Ambiental e, após a discussão sobre a localização detalhada das áreas de intervenção, foram definidos os locais de plantio iniciais. A partir desse momento se oficializou o projeto de Recuperação Ambiental no Bosque sendo liberados os recursos da PROPLAN para a compra de ferramentas e o pagamento de duas bolsas para acadêmicos via Departamento de Integração Acadêmica e Profissional da Pró-Reitoria de Graduação.

Como resultado, desde o final de 2014 está em vigor o Projeto de Recuperação Ambiental do Bosque do CFH – parceria entre a Comissão de Revitalização do Bosque (CRB), o Núcleo de Estudos em Permacultura (NEPerma) e a Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA) – que propõe o manejo agroecológico de diferentes setores do Bosque por meio da implantação de sistemas agroflorestais para recuperação das áreas degradadas e produção de alimentos de qualidade com canteiros multifuncionais, bem como ações de sensibilização e educação ambiental. A intenção, além de recuperar a área, é estimular o uso do ambiente para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esse projeto se baseia na Agroecologia e um dos objetivos específicos do projeto é a implantação e manejo de Sistemas Agroflorestais (SAF), sistemas de uso do solo onde espécies arbóreas e arbustivas são associadas com cultivos agrícolas, objetivando aperfeiçoar as interações ecológicas do sistema de modo eficaz. Essas interações se constituem na ciclagem de nutrientes, na otimização do uso do espaço e dos recursos, na diminuição dos riscos de degradação, possuindo um elevado potencial para o controle da erosão através da cobertura do solo pelas copas e matéria orgânica depositada, apresentando assim, a tendência de acelerar a dinâmica de sucessão ecológica e recuperação das áreas degradadas (Figuras 21 a 23).

Na dimensão social, o manejo de um SAF promove o envolvimento da sociedade com técnicas agrícolas de base ecológica, demonstrando que é possível produzir alimentos sem necessidade de insumos externos, inspirando autonomia e possibilitando aliar serviços ambientais e produção agrícola. A utilização do SAF, além de propícia para recuperação da área, tem o objetivo de servir como canteiro modelo agroflorestal e banco de sementes crioulas para fomentar experiências agroecológicas.

Assim, a proposta de implantação dos SAF's agroecológicos no Bosque do CFH procura dar continuidade às atividades de revitalização e pretende responder à demanda ambiental de recuperação de uma área com enorme potencial pedagógico, e também à necessidade social de integração da UFSC com a comunidade local.

Após a identificação dos principais impactos ambientais presentes no Bosque do CFH, foram selecionadas, de acordo com os níveis de degradação, as seguintes áreas prioritárias para

implantação dos SAFs: margens dos cursos d'águas com ausência de mata ciliar; vertentes com processos avançados de erosão por falta de cobertura vegetal; elevações desflorestadas e com solos compactados. Todos os plantios foram realizados sem utilização de insumos externos e/ou agrotóxicos. As espécies de plantas foram escolhidas de acordo com as condições biogeográficas, a época do ano, e sua função dentro do sistema. Entre elas destacam-se espécies para adubação verde, agrícolas e frutíferas, como: Feijão-de-porco, Feijão de corda, Lab-lab, Mucuna Cinza, Mucuna preta, Guandú, Margaridão, Malvaviscus, Batata-doce, Abóbora, Melão, Milho, Tomate, Mandioca, Bananeira, Mamão, Juçara, Manga, Abacate, Araçá, entre outras. É possível perceber mudanças nas áreas de intervenção prioritárias, incluindo a produção de espécies de ervas medicinais, frutas, raízes, gramíneas, leguminosas e de adubação verde.

Figura 21. Canteiros em curva de nível para contenção de processo erosivo.



Fonte: autor, outubro de 2015.

Figura 22. Associação de espécies frutíferas e de adubação verde.



Fonte: autor, abril de 2016.

Figura 23. Colheita de espécies leguminosas para adubação verde.



Fonte: autor, 2015.

Esse caso representa uma manifestação de territorialidade através da tentativa de impor o controle sobre o acesso à área referente ao serviço de manutenção das áreas verdes. No primeiro momento foi conversado com o setor de manutenção de áreas verdes da Prefeitura Universitária a respeito da restrição de manutenção nas áreas de plantio e, no segundo momento, foi feito diálogo com o encarregado e os próprios funcionários da empresa terceirizada que executa o serviço. Não obtendo grandes êxitos foram utilizadas estacas amarradas com uma corda para identificar o perímetro e placas com sinalização das áreas de experimentação e com informação sobre as técnicas de plantio.

A relação com a Direção do CFH sempre foi de apoio às iniciativas de ocupação e conservação do Bosque. Através da CRB, organismo que aglutina diferentes grupos, foi realizada toda a articulação institucional para viabilização do projeto. A relação com a Coordenadoria de Gestão Ambiental também foi de cooperação em todos os sentidos, a relação se dava diretamente pelo diálogo com seu corpo técnico pelo fato dos bolsistas frequentarem o seu espaço físico.

O cerne do projeto de recuperação ambiental do Bosque do CFH está na proposta de gestão agroecológica de parte de sua área, propondo a utilização racional dos recursos disponíveis através do manejo de base ecológica, o que inclui entre outras ações, a suspensão do serviço de roçada para regeneração natural de alguns setores das margens dos cursos de água e a destinação dos resíduos gerados com as podas e roçadas no Bosque para a compostagem e geração de adubo orgânico.

Porém, o atual modelo de manutenção das áreas verdes no campus, baseado na roçada de quase a totalidade das áreas verdes (incluindo algumas APP, exceto as áreas cercadas com uma

vegetação em estágio secundário mais densa) e consequente desperdício dos resíduos gerados, não é compatível com a proposta de manejo agroecológico que estamos pondo em prática. Para tentar alterar minimamente esse modelo e conseguir implementar uma gestão agroecológica de fato foi necessário muito diálogo com os diferentes agentes ligados ao Bosque (e nem sempre esse diálogo foi simples). A coordenação dos serviços de conservação e manutenção em geral das áreas verdes do campus, incluindo as matas ciliares, é responsabilidade da Prefeitura Universitária, sendo terceirizada a execução dos serviços de corte de grama, poda das árvores, recolhimento das folhas e do lixo, transporte de resíduos, entre outros.

Essa diferença de propostas gerou atritos que resultaram por várias vezes na destruição de plantios realizados quando as atividades ainda eram informais e, mesmo após a institucionalização do projeto de Recuperação Ambiental, muitas espécies plantadas foram perdidas pela roçada e manutenção das áreas verdes do Bosque, mostrando um descaso com as atividades em curso.

A partir do momento em que o projeto tornou-se oficial houve uma relativa mudança nas relações com os diferentes agentes ligados ao Bosque devido o caráter institucional que o projeto passou a ter. Com o respaldo da Comissão de Revitalização do Bosque (CFH) e da Coordenadoria de Gestão Ambiental (PROPLAN), o que dava legitimidade às ações em curso, começamos a participar de forma mais ativa no planejamento, gestão, gerenciamento de resíduos e conservação em geral do Bosque.

O diálogo com a PU sobre as questões ligadas ao Bosque, que era praticamente inexistente antes da institucionalização do projeto, assumiu um aspecto formal após sua institucionalização mas não obteve muito sucesso quanto ao atendimento das propostas de alteração na manutenção de algumas áreas verdes do Bosque. Nos primeiros meses esse diálogo ainda era impessoal, por meio do sistema de gestão administrativa da UFSC e telefone, mas na medida em que o tempo foi passando percebemos a necessidade do diálogo presencial e direto com os funcionários da PU diretamente envolvidos com a roçada, pois a informação chegava distorcida muitas vezes.

A burocracia necessária dificultava a realização de alguns serviços como a seleção de áreas a serem ou não roçadas, o transporte e acúmulo de material oriundo de podas e roçadas do Bosque em lugares determinados a fim de ser usado nos canteiros. Isso ocorria por vários motivos, um deles é o fato de que para fazer uma solicitação à PU de qualquer tipo de serviço que envolva manutenção de área verde no Bosque, a informação passa por várias pessoas até que o serviço seja executado de fato (prefeito do campus, responsável pelas áreas verdes, encarregado da empresa terceirizada e operadores dos equipamentos).

Na medida em que as atividades foram se intensificando passamos a ter uma relação mais

próxima com a empresa terceirizada que executa o serviço de manutenção das áreas verdes do campus. Essa relação se deu pelo diálogo com seu encarregado (responsável pela coordenação dos serviços dentro da empresa) e diretamente com os funcionários operadores dos equipamentos de manutenção (microtrator, roçadeira, motosserra, etc), o que possibilitou um contato direto e mais frequente com esse setor e melhorou o fluxo de informações, obtendo maior eficácia tanto no serviço de manutenção, porque facilitou a logística de transporte do material oriundo de podas e roçadas (que era levado a um local mais distante), quanto no andamento do projeto de recuperação ambiental, porque facilitou a criação de novos canteiros e o manejo dos canteiros já existentes (com o transporte e deposição de material vegetal pelo microtrator em lugares combinados) (Figuras 24 e 25).

Figura 24. Transporte e deposição de material vegetal para uso futuro nos canteiros.



Fonte: autor, 2016.

Figura 25. Transporte e deposição de material vegetal para construção de canteiros.



Fonte: autor, 2016.

Os principais insumos utilizados pelo projeto no manejo e construção de novos canteiros são as sementes e mudas de plantas, o material orgânico oriundo das áreas com vegetação de maior porte, das podas e roçadas no próprio Bosque e o composto orgânico. Uma vez por ano, em média,

era feito o pedido de carga de composto orgânico para o PRAB. Quando a gestão de resíduos sólidos ainda era realizada através do pátio de compostagem no interior do campus esse procedimento era bastante simples, bastava fazer o pedido de composto junto ao pátio e fazer o pedido de reserva das máquinas para coleta e transporte do composto junto à PU. Mas após a proibição, no ano de 2013, da gestão de resíduos sólidos através da compostagem no interior do campus esse procedimento tornou-se mais difícil. Como não era mais produzido internamente na UFSC passamos a fazer o pedido de composto para a COMCAP, que mantém um pátio de compostagem na sua sede do Itacorubi, o que aumentou a burocracia necessária dificultou o procedimento, já que a disponibilidade de motorista e caminhão da UFSC para o transporte foi reduzida pelo aumento da distância até o local de origem do composto, o que tornou o procedimento mais demorado.

Não havia relação entre o PRAB e o pessoal do Planetário antes da institucionalização do projeto pois seus integrantes não participavam da CRB, fazendo com que o diálogo se desse no próprio Bosque ou na Administração do Planetário. A relação com o Planetário foi de apoio ao projeto após sua institucionalização e se dava diretamente pelo diálogo com sua Coordenação.

A relação com o Grupo de Escoteiros Desterro sempre foi inexistente com relação ao PRAB pois o GED não tinha participação na CRB. Como toda a articulação do projeto é feita através da CGA, NEPerma e CRB, o diálogo com o grupo segue inexistente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de territorialização das práticas agroecológicas no Bosque do CFH e sua influência sobre a apropriação desse espaço. De acordo com os objetivos específicos foram identificadas as práticas agroecológicas em questão, os agentes envolvidos direta e indiretamente no processo e as relações estabelecidas entre ambos e com o espaço. Também foi dada atenção para a relação entre ação direta e luta institucional que se manifestaram no processo. Desta forma foi possível ilustrar de forma geral como os agentes institucionais e não institucionais participaram da territorialização das práticas agroecológicas.

De acordo com a proposta inicial da pesquisa, seus objetivos específicos e com base na análise documental e das entrevistas foram obtidos os seguintes resultados.

- Práticas agroecológicas no Bosque do CFH: Práticas de recuperação ambiental, implantação e manejo de sistemas agroflorestais, produção de alimentos em sistemas de policultivos, práticas de conservação e restauração do solo e das matas ciliares, práticas de contenção de processos erosivos e utilização de cobertura morta nos canteiros.

- Agentes diretamente envolvidos com o processo de territorialização das práticas agroecológicas: Sônia Maluf (Coordenadora da Comissão de Revitalização do Bosque – CFH); Arthur Nanni (Coordenador do Núcleo de Estudos em Permacultura e Coordenador do Projeto de Recuperação Ambiental); Marina Carrieri (Supervisora do Projeto de Recuperação Ambiental na Coordenadoria de Gestão Ambiental); Guilherme Fabrin (bolsista do projeto - estudante de Geografia); Caio de Carvalho (bolsista do projeto - estudante de Antropologia) e Pedro Buss (bolsista do projeto - estudante de Biologia). Entre os agentes indiretamente envolvidos foram identificados os seguintes agentes: a FLORAM, através do Termo de Compromisso com a UFSC; a Prefeitura Universitária, através da Coordenadoria de Manutenção de Áreas Verdes; a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, através do financiamento do projeto de Recuperação Ambiental; o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, através de sua Administração e a empresa terceirizada Orbenk, através da realização dos serviços de manutenção de áreas verdes;

- Relações que os agentes estabelecem entre si e com o espaço: Foram identificados diferentes tipos de relações. Relações institucionais e administrativas entre diferentes setores da universidade como a Administração Central representada pela Reitoria, a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) através da Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), a Prefeitura Universitária (PU) através da Coordenadoria de Manutenção de Áreas Verdes, a Direção do CFH através da Comissão de Revitalização do Bosque e o Planetário/Observatório Astronômico, também vinculado ao CFH; relações não institucionais entre os próprios usuários do Bosque;

relações de conflito entre o Grupo de Escoteiros Desterro (GED) e demais agentes, como a Direção e os estudantes do CFH; conflito entre distintas concepções sobre o manejo das áreas verdes no campus; conflito entre a polícia e a comunidade universitária;

Foram observados consensos e dissensos sobre determinados temas. Os principais consensos estão relacionados à pressão sobre o Bosque pela expansão em área construída, a necessidade de preservação da área e a importância das propostas de Parque. Os principais dissensos estão relacionados ao recorte espacial da área e suas propostas de uso e ocupação atual e futura.

É importante reconhecer os limites das práticas de contestação do movimento estudantil da UFSC nos dias de hoje, normalmente circunscritas ao próprio campus universitário. E também é preciso afirmar a necessidade de utilizar diferentes canais de atuação para obter avanços concretos das lutas estudantis, sem depender dos canais institucionais oficiais como Centros Acadêmicos e Diretório Central Estudantil. É necessário saber combinar estratégia e tática.

Através deste trabalho foi possível verificar a importância da combinação entre ação direta e luta institucional para a resolução de problemas do cotidiano, relacionados à questão ambiental nesse caso, através da auto-organização das pessoas diretamente ligadas à dinâmica dos lugares em questão.

Ao se tratar da dimensão espacial das relações de poder num lugar como este, não foi possível ficar restrito somente à questão das práticas agroecológicas, sendo necessário trazer outros elementos que também tem considerável influência sobre o processo de apropriação do espaço do Bosque do CFH num contexto mais amplo. Esses elementos caracterizam-se pelas manifestações de contestação do *status quo* que se materializaram a partir do Bosque, incluindo os fenômenos da ressignificação do lugar e da refuncionalização da forma espacial. Considero essas experiências dotadas de conteúdo crítico, pois se vinculam à transformação emancipatória da realidade na medida em que se orientam para influenciar/transformar as relações de poder no campus universitário.

A complexidade de algumas dessas questões, envolvendo inclusive processos judiciais ainda em curso, e o reduzido tempo disponível para realização de um TCC, não permitiram aprofundar a análise sobre determinados aspectos contemplando todas as dimensões do processo de apropriação do espaço no Bosque do CFH. A ideia não foi esgotar o tema mas sim dar atenção à territorialização das práticas agroecológicas valorizando a análise dos fenômenos na escala dos nanoterritórios, onde as relações de poder remetem a interações face-a-face.

Ainda assim, acredito que se ampliou a compreensão sobre a apropriação do espaço no Bosque do CFH na medida em que se elucidaram os diversos elementos que constituem esse

processo num contexto universitário de pressão sobre as últimas áreas verdes ainda não ocupadas, de marginalização desse espaço dentro do campus manifestada pelo desinteresse em sua conservação e desvalorização como espaço de convivência por parte da instituição.

Ao longo desta pesquisa, percebi que além de boas ideias, é preciso pressão de diferentes formas a fim de concretizar as propostas ligadas à conservação ambiental, que são questões importantes para a maior parte de seus usuários e frequentadores mas que não é uma prioridade para a instituição, a não ser com a necessidade de uso para as compensações ambientais.

Num contexto institucional marcado pela resistência burocrática às propostas de estabelecimento de práticas agroecológicas no campus, motivadas por preconceitos e interesses conservadores, a experiência do Bosque do CFH mostra como é possível adquirir certos avanços num contexto heterônimo. Apesar de ser uma experiência bastante tímida, do ponto de vista do alcance social, a territorialização das práticas agroecológicas através do Projeto de Recuperação Ambiental do Bosque representa o resultado de uma soma de esforços coletivos e, em última análise, resulta da disputa de poder em torno da apropriação do espaço numa escala nanoterritorial. A oficialização do projeto representa a institucionalização do manejo agroecológico do espaço. Mas isso não significa que a institucionalização seja suficiente para que esse manejo agroecológico se realize de fato, isso requer a constante autoatividade dos agentes envolvidos

Foi possível perceber como o Bosque do CFH é um espaço em disputa, um lugar de conflito onde inúmeras posições sobre sua vocação e seu futuro estão presentes. Por isso, torna-se necessário pensar em táticas de atuação que deem continuidade às atividades de ocupação em torno da conservação do local. O conhecimento produzido sobre o processo de territorialização das práticas agroecológicas no Bosque pode servir como um subsídio no planejamento e condução de ações visando à conservação ambiental e o comprometimento social no contexto universitário. Conhecimento este que pode ser utilizado nas discussões sobre a criação e implementação de um Parque na área do Bosque do CFH, proposta que já vem sendo discutida desde a década de 1990.

Considero necessária a criação de um instrumento institucional de gestão e manejo do Bosque do CFH, que pode se realizar de várias formas. Mas o processo de criação, implementação e gestão de um futuro Parque no Bosque deve se dar necessariamente através de mecanismos que promovam a participação popular e o controle social efetivo para alcançar os objetivos de conservação ambiental e manutenção como espaço verde de lazer aliado às atividades de ensino, pesquisa e, principalmente, extensão. Esse processo não pode estar descolado das discussões sobre o Plano Diretor do Campus mas também não pode depender delas para sua viabilização. E para garantir que o manejo agroecológico tenha continuidade é necessário que esse trabalho seja feito considerando a importância da integração entre diferentes setores envolvidos em sua manutenção.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERGONI, L; PELAEZ, V. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, Paraná, v. 33, n. 1 (ano 31), p. 31-53, jan./jun. 2007. Editora UFPR.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.I. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- AMADOR, D. B. Restauração de ecossistemas com sistemas agroflorestais. In: KAGEYAMA, P. Y. et al. **Restauração ecológica de ecossistemas naturais**. Botucatu: FEPAF, 2003. p.333-340.
- ASSIS, R.L; ROMEIRO, A.R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- BERNARD, Harvey Russel. **Research methods in cultural anthropology**. Newbury Park: Sage Publications, 1988. 520 p.
- BOOKCHIN, Murray. **Ecologia Social e outros ensaios**. Org. Mauro José Cavalcanti. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory G. e WILLIAMS, Joseph M. **A Arte da Pesquisa**. Editora Martins Fontes, São Paulo 2008.
- CAMPOS, J.M. **A regeneração do solo: aos que cuidam do solo e zelam pela sua evolução**. São Paulo: Pensamento, 2004.
- CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Tese de doutorado, Universidade de Córdoba (Espanha), 1998.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, 2006.
- DE BIASE, Laura. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2010.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Introdução à agroecologia**. In: **Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4.ed.- Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.
- _____. **Agroecologia: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba, C.R : CATIE, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In:

Território, territórios: ensaios para entender ordenamento territorial/ Milton Santos.[et al.] – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.2.ed.

KUHNEN, Ariane. Percepções da comunidade universitária sobre o Bosque do Planetário – campus universitário da UFSC. In: **Revista de Ciências Humanas**. 46(2), 383-397 (2012)

MICHON, G; DE FORESTA, H. Agro-Forests: Incorporating a Forest Vision in Agroforestry. In: BUCK L.; LASSOIE, J. P.; E. FERNANDES, C. M. **Agroforestry in Sustainable Agricultural Systems**, Boca Raton, EUA: Lewis Publishers, 1999. p.381-406.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Ester. **La Guerra Infinita**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. In: **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: **Territorialidades humanas e redes sociais**. DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (orgs.). Florianópolis: Insular, 2011

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário**. AGRUCO, Plural Editores. La Paz – Bolívia, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. (Org) – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____ *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. In: **Cidades**, vol.7, nº11, 2010.

_____ Geografia: A hora e a vez do pensamento libertário. In: **Boletim gaúcho de Geografia**, 38: 15 a 34, maio, 2012.

_____ Introdução: A geografia, o pensamento e a práxis libertários e a cidade – encontros, desencontros e reencontros. In: **Cidades**, vol.9, nº15, 2012.

_____ **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2013.

TEIXEIRA, Vinícius Gregório. **Avaliação de atributos do solo e vegetação em sistema agroecológico**. Rio Claro, 2013. 78 f. TCC (Ecologia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez, Autores Associados, São Paulo, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Plano Diretor do Campus da UFSC: diretrizes e proposições**. Comissão Permanente de Planejamento Físico. Florianópolis,

2005. 58 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Plano Diretor Físico: diagnóstico geral. Comissão do Plano Diretor Físico.** Florianópolis, 1998. 195 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Plano Diretor do Campus Universitário da Trindade: Revisão Conceitual, Definições Urbanísticas e Ambientais. Versão preliminar para debate com a sociedade.** Florianópolis, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Plano Diretor Participativo da UFSC. **Leitura do Subcomitê de Uso e Ocupação do solo.** Comitê para uso racional dos recursos. SEPLAN. Florianópolis, 2012.

VALENZA, Leonardo Camilo. **Dinâmica sócio-espacial da urbanização de Florianópolis: a influência da UFSC em locais adjacentes ao campus da Trindade – a comunidade da Serrinha como base de reflexão.** Florianópolis, SC, 2012, 181 f. TCC (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

APÊNDICE

1. ROTEIRO DE ENTREVISTA

Perguntas gerais:

Você frequenta o Bosque? Há quanto tempo e porque?

Qual sua relação com o Bosque? O que ele representa pra você? Poderia fazer uma descrição sobre?

Qual é o recorte espacial do Bosque? Tem limites definidos?

Notou alguma transformação significativa no Bosque que tenha lhe chamado atenção nos últimos 3 anos? Quais? Porque?

Qual é o estado de conservação do Bosque em sua opinião? Houve mudança nos últimos 3 anos?

Pode classificar numa escala de 0 a 5?

Você identifica algum impacto ambiental no Bosque? Qual?

Considera importante a conservação dessa área? Porque?

Você acha que o fechamento do acesso aos carros no Bosque foi importante? Porque?

O que você entende por prática agroecológica? Reconhece alguma prática agroecológica em curso?

Conhece o projeto de recuperação ambiental do Bosque? Considera importante essa iniciativa? Por que? Já participou de algum mutirão? Quando?

O que você acha da produção de alimento enquanto prática pedagógica no Bosque?

Qual a vocação do Bosque em sua opinião e porque?

Considera importante a criação de um parque no Bosque?

Quais são os principais problemas atuais desse espaço em sua opinião? Como poderiam ser resolvidos?

Quais são as principais demandas e necessidades em relação ao Bosque na sua opinião?

Perguntas específicas:

Quem é responsável pela administração do Bosque? Desde quando? Sempre foi assim?

Como é feita a gestão desse espaço? Quais são os instrumentos institucionais? Quem está envolvido e de que forma? Quais as competências?

Como o Bosque se insere no planejamento e gestão do campus universitário pela Administração Central?

Como o Bosque se insere no planejamento apresentado no Plano Diretor do Campus de 2005 e nas discussões sobre o PD?

Quais são as organizações/entidades territorializadas no Bosque? Como interagem? Existem conflitos entre os grupos? Quais?

Qual a relação da Administração Central com os demais agentes diretamente ligados ao Bosque e

como se dá essa interação?

Quem faz o uso direto do Bosque atualmente?

Como são feitas as compensações ambientais dentro do campus universitário e qual a relação com o Bosque?

Como o Bosque se insere no planejamento da Coordenadoria de Gestão Ambiental?

Como o Bosque se insere no planejamento apresentado no Plano Diretor do Campus de 2005 e nas discussões sobre a última proposta apresentada em 2010?

Como é feita a gestão de resíduos sólidos no campus e no Bosque atualmente? Qual o destino dos resíduos? Quais os projetos futuros?

Como é feita a manutenção das áreas verdes do Bosque? Como é feito o planejamento e a execução dos serviços? Quem participa do processo? Quem realiza o serviço? Com que frequência? Quais são os critérios para seleção das áreas a receberem manutenção? Qual o destino dos resíduos gerados? Qual é o volume aproximado de resíduos gerados na manutenção do Bosque?

2. DOCUMENTO PELA CRIAÇÃO DO CENTRO ESTUDANTIL INTEGRADO DO CFH

Vimos por meio deste documento requerer à utilização do espaço localizado nos altos do bosque, entre o CFH e o NDI, atualmente gerido pelo “Grupo de Escoteiros Desterro”. Este grupo vem ocupando as edificações rústicas do bosque, no Campus da UFSC, há mais de 30 anos, por meio de comodatos firmados e renovados com a reitoria. Esse tipo de contrato *“tem previsão no Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002) em seus artigos 579 a 585 e é o contrato bilateral, gratuito, pelo qual alguém (comodante) entrega a outrem (comodatário) coisa infungível, para ser usada temporariamente e depois restituída. Uma vez que a coisa é infungível, gera para o comodatário a obrigação de restituir um corpo certo.”* Atualmente esse contrato de comodato está vencido, e assim como a direção do CFH, nos posicionamos contra a renovação deste e ainda reivindicamos a restituição imediata do espaço pela comissão de espaço físico do CFH, com vistas à criação de um Centro Estudantil Integrado. Pedimos ainda a abertura à comunidade acadêmica dos documentos que dizem respeito ao histórico deste contrato de comodato, segundo o direito garantido pela lei nº12.527/2011 – lei de acesso à informação.

Sobre a subutilização

O bosque é uma área contígua ao CFH e representa o espaço vivido dos estudantes deste Centro, além de ser utilizado também por uma porção significativa da comunidade acadêmica. Existem projetos para o manejo e efetivação de um parque ambiental neste local, porém estes não saíram do papel, o que demonstra a desvalorização de um esplêndido potencial deste espaço. É no bosque que se situa a sede dos escoteiros, nas edificações rústicas ali estruturadas. Esta construção encontra-se cercada e permanece permanentemente trancada durante seis dias da semana, inclusive nos dias letivos, e é utilizado somente durante 3 horas no sábado para atividades do “Grupo de Escoteiros Desterro”. Ora isso corresponde a somente 1,6% do total de horas que compõe um mês. É evidente que as cercas ali fixadas se colocam como uma barreira física e perceptiva para os frequentadores do bosque e distanciam estes de uma potencialidade de utilização, cerceando, assim, o imaginário dos frequentadores e qualquer forma criativa de ocupação daquele local.

Não vemos a reitoria assumir uma política concreta para dar usos reais e coletivos para os

espaços subutilizados, para não dizer ociosos, que existem na universidade. O espaço dos escoteiros não é a única edificação que tem potencialidades desvalorizadas, podem se incluir nesta lista o centro de convivência, o antigo SAPSI, um prédio localizado na botânica, entre outros. Tomamos como ponto de debate as edificações rústicas do bosque porque fazem parte da nossa percepção cotidiana. Nesse sentido exigimos que se implemente a política contida no plano diretor da UFSC:

“A Comissão do Plano Diretor gostaria assim de propor um uso comunitário para o Parque do Planetário. Desde que aprovada a destinação da área para este fim, será feito um estudo das possibilidades de abertura para uso público da construção ali implantada, **atualmente de uso exclusivo dos escoteiros**. Alguns equipamentos (lixeiras, banheiros, bancos, luminárias, equipamentos de ginástica, etc.,) serão analisados e propostos para tornar a área do parque utilizável pelos professores, funcionários, estudantes e suas famílias durante a semana, mas também nos finais de semana, permitindo um melhor ambiente universitário pelo estímulo ao convívio e às inter-relações pessoais e profissionais. O Parque do Planetário deve ser idealizado como uma área suficientemente equipada para permitir sua apropriação e seu uso por toda comunidade universitária.” (Plano Diretor da UFSC, p. 56)

Espaço físico insuficiente e REUNI

Antes mesmo da implementação do REUNI as pressões sobre o espaço físico e as necessidades de ampliação de prédios já se demonstrava urgente. Podemos confirmar tal afirmação em um documento expedido em junho de 2008 pelo CFH em que se demonstra a necessidade veemente de ampliação do espaço físico para viabilizar a implantação do REUNI (<http://www.cfh.ufsc.br/REUNI%20CFH%20dados%20detalhados.pdf>). Se sofríamos com precárias condições das instalações físicas, bem como sua insuficiência em termos de área construída antes da efetivação do REUNI na UFSC, os problemas se agravaram com sua consolidação. Criaram-se cinco novos cursos no CFH: antropologia, museologia, geologia, oceanografia e licenciatura indígena, e evidentemente as demandas por espaço cresceram. Essa demanda aparece institucionalmente na busca por laboratórios de ensino, laboratórios e núcleos de pesquisa, salas de professores, salas de aula, etc. e também como reivindicação estudantil por espaços para centro acadêmicos, estudo e convivência. Apontamos ainda que dentre os cinco cursos criados, apenas dois receberam espaços para alocarem seus centros acadêmicos, sendo que a geologia recebeu uma sala com dimensões extremamente comprimidas, que, inclusive já foi estabelecida a proposta para tornar-se sala de professores e a oceanografia ocupa um espaço no CFM que está sendo pressionado para ser desalojado. Mesmo os centros acadêmicos que possuem espaço físico permanente possuem problemas por serem alocados em estruturas precárias. A título de exemplo fizemos uma relação simples entre número de alunos matriculados no curso de geografia e o tamanho da área da sala destinada ao centro acadêmico, chegamos a impressionantes 41,1 pessoas/m², de maneira que contar com a organização ampliada dos estudantes torna-se fisicamente impossível.

Integração e interdisciplinaridade

Existe uma ideia contida na construção da universidade de interdisciplinaridade, e presente no discurso acadêmico, que não vivenciamos na prática. Quase não efetuamos diálogos entre os diferentes centros, cursos e departamentos. Apesar de exemplos, como os esforços na organização anual da Semana de Integração do CFH, a ação interdisciplinar é pouco pronunciada. A disposição dos espaços físicos é fundamental para se pensar coletivamente a gestão do ambiente vivido cotidianamente. Acreditamos na possibilidade de trabalho conjunto para revitalização, construção, manutenção e organização deste espaço. De maneira que buscamos como horizonte a consequente melhoria das condições de habitabilidade, convivência e segurança. A ação interdisciplinar é fundamental para o desenvolvimento de uma política de manejo do boque. Assim condescendemos como o plano diretor da UFSC quando assinala que

“A inexistência de um relacionamento entre as diferentes áreas de conhecimento e entre as diversas instâncias e camadas constituintes da UFSC contradiz nos termos o que seria próprio cerne do espírito de uma universidade. Alguns passos simples podem e devem

ser dados no sentido da recuperação de algumas características essenciais da vitalidade universitária. A organização do espaço construído tem um papel fundamental a desempenhar este processo e, para tal, o Campus deve ser pensado unitariamente. Áreas livres devem fazer parte da composição espacial, não somente, como fundamento das condições mínimas de conforto, mas também, no sentido de transformar o Campus num ambiente esteticamente mais elaborado e mais agradável de ser vivenciado. Espaço acadêmico e de convivência devem ser complementares e igualmente fundamentais.” (Plano Diretor UFSC, p.56)

Segurança

É notório, entre a comunidade acadêmica, os casos de violência que acontecem na universidade, sendo o bosque um dos locais recorrentes destes acontecimentos. Portanto, acreditamos que é preciso levantar, nesse documento também, a problemática da segurança no espaço universitário, questão de destaque nos debates atuais. Sabemos que o uso e ocupação de espaços inibem a atuação criminosa, exercendo uma vigilância natural sobre o que ali acontece. Estudos de segurança urbana, já discutidos no meio estudantil, partem do princípio que “quantos mais olhos”, ou seja, maior circulação e presença de pessoas no espaço, mais seguro são aqueles locais (JACOBS). De maneira que a ocupação efetiva dos estudantes acabaria por consequência incrementando a vigilância e segurança sob o bosque. Sendo esta uma solução viável, não onerosa e de interesse de toda comunidade.

Parque Ambiental

Já vem sendo discutido há alguns anos a criação de um Parque Universitário no campus. Neste semestre estudantes, técnicos e professores de diferentes Departamentos retomaram o planejamento que visa implantar o Parque no Bosque do CFH. A proposta de criação do Parque no Bosque do CFH pretende responder à necessidade social de integração UFSC/Comunidade oferecendo um espaço para desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão, de forma transdisciplinar, que de suporte às atividades efetuadas junto à população. O Bosque representa uma das poucas áreas verdes do campus e precisa ser conservada.

Centro Estudantil Integrado

Baseados nas argumentações explicitadas acima reivindicamos a destinação das estruturas situadas no bosque para a criação de um Centro Estudantil Integrado (CEI).

Com sua criação seria ali estabelecido um espaço de gestão compartilhada com o movimento estudantil que busque solucionar problemas de toda comunidade. Propomos que se aloque ali um espaço que atenda todas as demandas citadas ao longo do documento. Seria possível instituir um espaço acadêmico e de convivência integrado, que abrigaria estas demandas; centros acadêmicos do CFH, espaço integrado de convivência, e a sede do Parque Ambiental do Bosque.

Sobre os últimos acontecimentos

A reação do “Grupo de Escoteiros Desterro” frente às articulações estudantis é emblemática para a compreensão da utilização deste espaço. A direção do grupo recebeu informações dos posicionamentos que vinham sendo forjados pelos estudantes e logo sentiram a necessidade de justificar sua ocupação na UFSC. Foi enviada uma carta pelo presidente do grupo em que divulga o acontecimento, “coincidente”, de um mutirão de ação comunitária para o bosque, imediatamente após ter ciência das articulações estudantis. Para garantir sua territorialidade sentiram a necessidade de marcar na placa das mudas plantadas que estas haviam sido colocadas ali pelo grupo. Nesse sentido a frase “plantada pelo Grupo de Escoteiros Desterro” marcada nas placas de identificação das mudas é característica do forjamento de um imaginário de ocupação do espaço, que é inexistente. Ora, outros grupos vêm efetuando mutirões no bosque, inclusive com o plantio de mudas, porém em nenhuma destas existe uma afirmação tão veemente da ação para justificar sua existência. Não é cabível aqui deslegitimar a ação efetuada, mas simplesmente atentar ao fato de que esta não é coincidente, mas faz parte da resposta à pressão que vem sendo exercida. Essa

pressão está assentada na indignação da existência de espaços ociosos na universidade, enquanto as demandas são volumosas e crescentes.

Florianópolis, 1 de outubro de 2013.

Assinam este documento:

CALIGEO

CALANT

CAMP

CAO

3. PROPOSTA DE ZONEAMENTO AMBIENTAL PARA O BOSQUE DO CFH ELABORADA PELO NÚCLEO DE ESTUDOS EM PERMACULTURA.

O bosque da UFSC é uma das principais áreas verdes do campus, apresentando relevante importância para a qualidade de vida no ambiente universitário enquanto espaço de convivência. Encontra-se na porção sul do campus Trindade ao lado dos Centros de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e o de Educação (CED) e compreende uma área de aproximadamente 50.000 m². Constitui-se por áreas em diferentes estágios de sucessão ecológica, umas mais degradadas em estágio inicial e outras, em estágios mais avançado com vegetação bem desenvolvida. O Bosque também apresenta cursos de água, caracterizando a maior parte de sua extensão como área de preservação permanente.

A proposta de recuperação ambiental do bosque é uma iniciativa da Comissão de Revitalização do CFH, em parceria com o NEPerma e a Coordenadoria de Gestão Ambiental da UFSC e está em curso desde 2014. O objetivo é aliar a recuperação das áreas degradadas à produção de alimentos através da implantação de agroecossistemas planejados segundo a filosofia da permacultura.

Zona 0 – Sede do projeto

Localizada na porção mais elevada do Bosque, será constituída pela sede do projeto e do Parque Ambiental da UFSC, a qual servirá como recepção para visitantes, ações educativas, centro de convivência e reuniões e atividades administrativas. Esta zona abrigará uma edificação bioconstruída.

Zona 1 – Horta, início do circuito didático, espiral de ervas, compostagem, minhocário

Próxima à sede, a zona 1 será constituída por uma horta modelo de técnicas agroecológicas, pelo início do circuito didático, espiral de ervas aromáticas e medicinais, espaço para compostagem microbiana e minhocário.

Zona 2 – Pomares

A zona 2 será constituída principalmente por um pomar permacultural, com árvores frutíferas e de interesse ecológico, que será implementado na área hoje ocupada por eucaliptos.

Zona 3 – Sistemas agroflorestais

A zona 3 do Bosque será destinada à implantação de sistemas agroflorestais multifuncionais que servirão como mata ciliar para os cursos de água onde há ausência de vegetação e em áreas abertas e degradadas.

Zona 5 – área de convivência, inspiração e regeneração natural

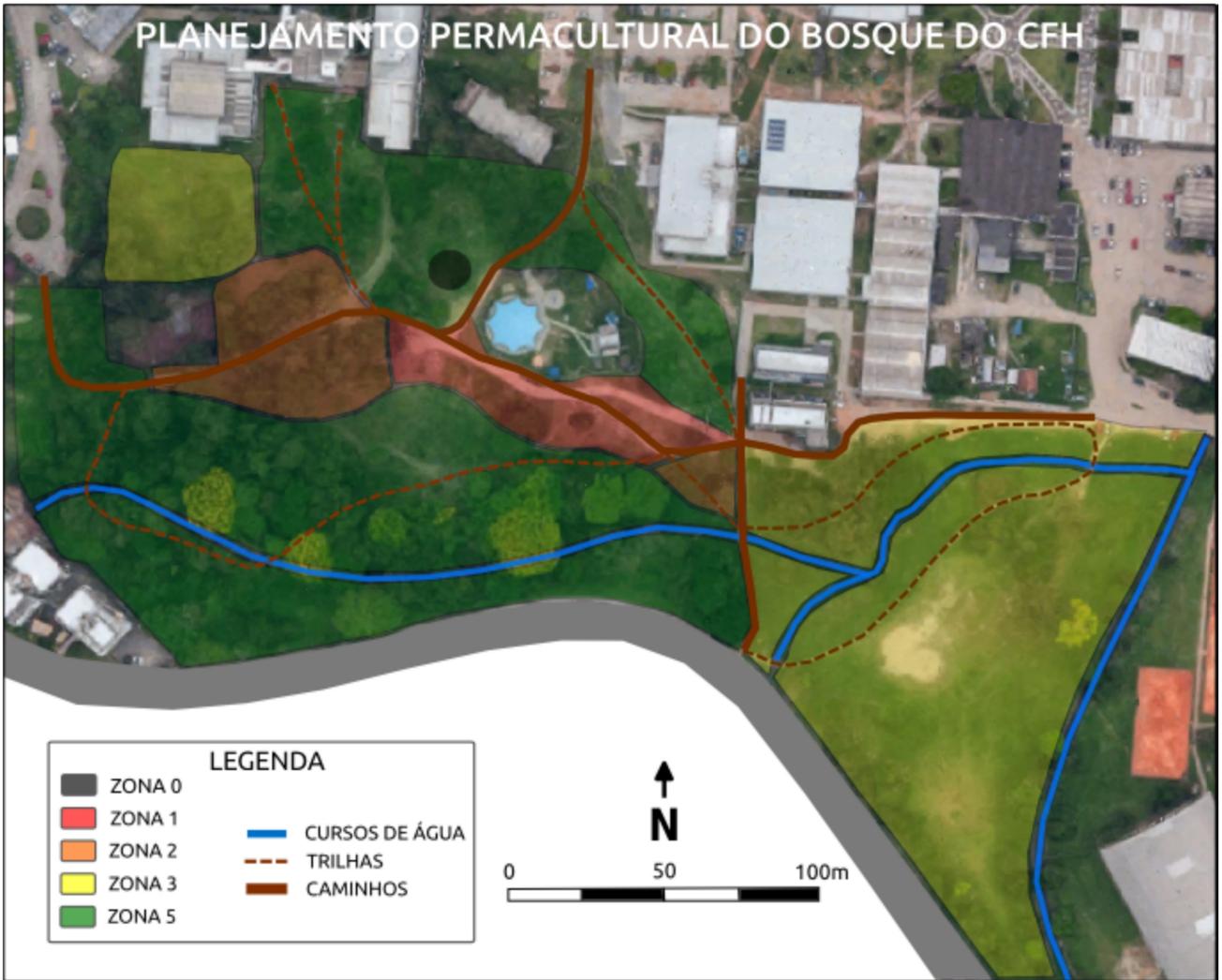
Foram definidas como zona 5 as áreas que apresentam vegetação já consolidada, em avançado estágio de sucessão, e as áreas utilizadas para descanso e convivência.

O projeto segue em execução e conta com a realização de mutirões de manejo agroecológico, onde são compartilhados os conhecimentos a respeito da filosofia da permacultura e de técnicas de produção de alimentos e recuperação de áreas degradadas adotadas.



Área do bosque junto ao CFH e CED.

O planejamento permacultural do Bosque da UFSC é uma etapa fundamental no processo de recuperação da área, bem como para a continuação e realização dos objetivos do projeto, pois servirá como diretriz para as ações do uso e manejo desta importante área verde. Este planejamento, que poderá ser utilizado como subsídio para um possível Plano de Manejo do Bosque da UFSC, está sendo desenvolvido com base nos princípios de planejamento da permacultura, dentre os quais está o conceito de zonas energéticas, que serviu como base para esta primeira fase de planejamento. O zoneamento energético tem como objetivo a organização do espaço com base nas necessidades energéticas de cada local, de maneira que áreas que demandam maior investimento de energia e trabalho no seu uso e manejo estejam localizadas próximas ao centro de energia, neste caso representado pela sede do projeto. Para a definição das zonas energéticas na área do Bosque levou-se em consideração os elementos que já estavam presentes no local: espécies arbóreas, áreas de uso consolidado, locais de convivência e circulação, infraestrutura predial, etc. A partir dessa análise, foram definidos locais para a implementação de agroecossistemas de acordo com o propósito de cada zona energética, sendo adotadas técnicas de plantio mais intensivo próximo a zona 0 e menos intenso nas áreas caracterizadas como zona 3, conforme a Figura 2. A proposta de usos e manejo para cada zona energética é descrita a seguir.



ANEXOS

ANEXO I – Parecer emitido pela Comissão Permanente do Plano Diretor da UFSC sobre a criação do Parque do Planetário.

Para: Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina

De: Comissão do Plano Diretor da UFSC

O Campus da Universidade Federal de Santa Catarina encontra-se, atualmente, bastante próximo da ocupação total de seu espaço, atingindo um grau de saturação que ameaça a existência de espaços livres, que são, sem dúvida, indispensáveis, quer seja como um recurso de organização e clareza do espaço construído, quer seja para garantir as condições mínimas de conforto, ou ainda, para propiciar o encontro e o lazer.

As carências, sempre prementes, por espaço construído dos diversos centros de ensino, a falta de estacionamentos suficientes, a crescente circulação interna e, certamente, a disputa pelo espaço, vêm contribuindo para que não reste no Campus áreas de uso comum e associativo, necessárias para a composição de uma melhor qualidade da paisagem, assim como para assegurar as condições mínimas de convivência universitária.

Neste sentido, a Comissão do Plano Diretor vem propor a criação do Parque do Planetário, na área assinalada em mapa anexo. A pequena colina que abriga o Planetário constitui-se como uma referência visual importante do Campus e apresenta-se, hoje, como uma das raras áreas ainda disponíveis para a composição de espaços verdes. A vocação deste terreno para fins de uma ampla área verde de lazer e de convívio é por demais evidente, tornando-se necessária, somente, uma regulamentação que privilegie seu uso como patrimônio público de toda comunidade acadêmica.

Existem momentos decisivos em relação à ocupação do espaço e este, certamente, constitui-se como um ponto-limite no sentido da preservação desta área tão importante para a imagem do Campus universitário. O descuido e o abandono têm permitido uma apropriação inadequada da área para estacionamentos e acesso aos prédios limítrofes. Delineia-se a abertura de vias duplas de passagem, destruindo a paisagem natural e ameaçando seu potencial de parque comunitário.

Se medidas urgentes não forem tomadas, esta área estará irreversivelmente destinada a ser ocupada como expansão repetitiva dos edifícios acadêmicos, de forma a descaracterizar ainda mais o espaço do Campus, pela homogeneização e indiferenciação do espaço construído.

A Comissão do Plano Diretor gostaria assim de propor um uso comunitário para o Parque do Planetário. Desde que aprovada a destinação da área para este fim, será feito um estudo das possibilidades de abertura para uso público da construção ali implantada, atualmente de uso exclusivo dos escoteiros. Alguns equipamentos (lixeiras, banheiros, bancos, luminárias, equipamentos de ginástica, etc.) serão analisados e propostos para tornar a área do parque utilizável pelos professores, funcionários, estudantes e suas famílias durante a semana, mas também nos finais de semana, permitindo um melhor ambiente universitário pelo estímulo ao convívio e às inter-relações pessoais e profissionais. O Parque do Planetário deve ser idealizado como uma área suficientemente equipada para permitir sua apropriação e seu uso por toda comunidade universitária. A idéia de um parque desta natureza vem de encontro, também, às expectativas de diversos cursos da UFSC (Engenharia Civil, Botânica, Geografia, etc..) e do desenvolvimento de pesquisas relacionadas à utilização harmoniosa e preservacionista do meio ambiente. A composição

resultante do entorno revalorizaria o próprio Planetário, reforçando sua utilização pelo público interno e externo à Universidade. Levando-se em consideração sua proximidade com o centro de esportes, um parque nesta localização poderia compor uma enorme área de atividades associativas.

A inexistência de um relacionamento entre as diferentes áreas de conhecimento e entre as diversas instâncias e camadas constituintes da UFSC contradiz nos termos o que seria o próprio cerne do espírito de uma universidade. Alguns passos simples podem e devem ser dados no sentido da recuperação de algumas características essenciais da vitalidade universitária.

A organização do espaço construído tem um papel fundamental a desempenhar neste processo e, para tal, o Campus deve ser pensado unitariamente. Áreas livres devem fazer parte da composição espacial, não somente, como fundamento das condições mínimas de conforto, mas também, no sentido de transformar o Campus num ambiente esteticamente mais elaborado e mais agradável de ser vivenciado. Espaço acadêmico e de convivência devem ser complementares e igualmente fundamentais.

A criação do Parque do Planetário constitui-se num primeiro passo para a construção do Campus como espaço de convívio e de interações. Solicitamos, assim, que esta deliberação não seja adiada e que o Parque do Planetário seja assumido pela coletividade universitária como espaço de todos.

Atenciosamente,

Florianópolis, 12 de maio de 1997.

ANEXO II – UNIDADE DE PLANEJAMENTO INTEGRADO 05 ÁREA DO PARQUE UNIVERSITÁRIO – PD 2010.

A Unidade de Planejamento Integrado 05 destaca, principalmente, a área de abrangência do “Parque Universitário da UFSC”, o qual possui um projeto formulado independente do PD-CT-2010 por requerer um encaminhamento específico pelas instâncias superiores da UFSC. Mas o Projeto “Parque Universitário da UFSC” é parte integrante do Plano Diretor do Campus Trindade (PD-CT-2010) e desenvolvido pela Divisão de Planejamento (DIPLAN) do Escritório Técnico da Universidade (ETUSC). Como já foi registrado anteriormente, o crescimento rápido e intenso do campus universitário não foi um fato isolado e nem mesmo independente de outros condicionantes sócio-econômicos, mas acompanha, de forma ativa ou passiva, o acelerado crescimento dos novos bairros que surgiram nesta região central da Ilha de Santa Catarina, mas que não necessariamente acompanha a dinâmica social à qual está inserida. Assim, a atual proposta de criação do PARQUE UNIVERSITÁRIO pretende responder à necessidade social de integração UFSC / Comunidade, oferecendo um espaço para desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão, de forma transdisciplinar, que dê suporte às atividades de acolhimento à população no sentido de gerar cidadania plena e, proporcionar uma contribuição aos esforços sociais e governamentais de criar uma sociedade sustentável sob todos os pontos de vista. O campus universitário hoje, como as figuras 30 e 31 nos mostram, está cercado de bairros densamente habitados e urbanizados, mas que apresentam grande carência de áreas de lazer, culturais e desportivas para as populações de menor poder aquisitivo. As áreas verdes existentes constituem-se, basicamente, em áreas de preservação

permanentes (APPs), tais como os manguezais e os topos de morros, mas quanto às áreas verdes, tais como parques de lazer, botânicos, desportivos, praças, etc., para aproveitamento da população, a cidade não apresenta pouquíssimas alternativas e as possibilidades de implantação de novas áreas nos bairros, praticamente, já se esgotaram.

Desta forma, a universidade passaria a contribuir concretamente com as populações dos bairros adjacentes numa perspectiva de melhoria de sua qualidade de vida, ao mesmo tempo em que passaria a formar novas consciências para uma vida em segurança, solidariedade e ética social. É conhecida a utilização do espaço físico do Campus da Trindade, já hoje, por centenas de pessoas não somente da comunidade universitária, mas principalmente da comunidade externa, escolares, visitantes, desportistas, que durante a semana e, também aos finais de semana, vêm ao campus para usufruir, de forma voluntária, das instalações e equipamentos de lazer e desportivos. Muitas competições e torneios acontecem nas diversas instalações do CDS. São praticados esportes como tênis, futebol de salão, basquete, vôlei, treinamentos de artes marciais. Muitos freqüentam o campus para práticas de caminhadas, outros vêm patinar ou andar de bicicletas e outros vêm ao campus ainda, simplesmente para tomar sol ou fazer exercício de meditação e contemplação.

A proposta do Parque Universitário vem de encontro a esta demanda da população por espaços livres e equipamentos esportivos ou de lazer, mas entende que seja necessário um atendimento programado, organizado e seguro destas atividades. Ao propor o Parque, onde as atividades de lazer se combinam com atividades acadêmicas, estaremos, por um lado, oferecendo um ambiente saudável, seguro e educativo, e por outro lado, estaremos viabilizando uma proposta de preservação ambiental com o estímulo a participação de todos. A criação do Parque abre ainda a possibilidade de concentrar as atividades comunitárias, basicamente na área de sua delimitação, no sentido de proporcionar também um controle espacial maior das áreas, especificamente, acadêmicas do campus.

Propõe-se, inicialmente, a delimitação de uma área de aproximadamente 148.738 m² que inclui a área livre para camping localizada atrás do RU, a área do Planetário, as áreas do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e do Museu Universitário (MU), as áreas do Horto Botânico e a área da Serrinha. Todas estas áreas e suas funções são compatíveis e adequadas à criação do Parque, tendo em vista que, o atendimento ao público externo já é uma atividade intrínseca às suas próprias atividades. A área não é grande, se considerarmos as necessidades comunitárias da Grande Florianópolis, porém, enquanto área urbana dos bairros vizinhos ao campus possui dimensões significativas e se caracteriza como um grande presente à cidade. Sugere-se que o Município incorpore o Parque no Plano Diretor da Cidade.

Entende-se que o Parque Universitário deverá ter um projeto urbanístico geral e detalhado e, para o seu desenvolvimento, enquanto área de lazer, desportiva, de preservação ambiental, cultural e acadêmica, o PD-CT propõe as seguintes diretrizes: Preservação e recuperação das vegetações ciliares e dos cursos d'água; Criação de grande área de Proteção Ambiental, com estímulo à criação de uma nova biodiversidade na área; Instalação de equipamentos para aplicação das atividades acadêmicas experimentais dos diversos Centros de Ensino. Implantação de Trilhas para atividades físicas com extensão total de aproximadamente 2 Km. Implantação de ciclovia pelo interior do Parque; Construção de um Escritório de Administração e Informações sobre a Programação das atividades do Parque; Construção da Portaria do Acesso Sul da UFSC; Construção de Lanchonete e Vestiários Públicos para funcionamento inclusive aos finais de semana; Instalação de equipamentos para atividades das diversas faixas etárias; Implantação de mobiliário urbano (bancos, caramanchões, estações de exercício físico, bebedouros, etc.); Implantação de sistemas de

iluminação, sinalização e segurança.

ANEXO III - PROJETO PARQUE UNIVERSITÁRIO UFSC-ETUSC-DIPLAN PLANO DIRETOR DO CAMPUS DA TRINDADE (PD-CT-2010) JULHO DE 2009

PARQUE DE CULTURA, CIÊNCIA, LAZER E DESPORTOS DA UFSC

APRESENTAÇÃO

O Projeto “Parque Universitário da UFSC” é parte integrante do Plano Diretor do campus universitário no bairro da Trindade em Florianópolis, Santa Catarina, e desenvolvido pela Divisão de Planejamento (DIPLAN) do Escritório Técnico da Universidade (ETUSC) na Gestão do Prof. Dr. Álvaro Toubes Prata (2008-2012), Reitor da UFSC.

INTRODUÇÃO

A UFSC comemorará em 2010 seus 50 anos de existência. O campus universitário, com aproximadamente 1 milhão de m², inserido no bairro da Trindade na região central da Ilha de Santa Catarina, cresceu nestes últimos anos de forma surpreendente, até mesmo aos olhos dos mais otimistas, e encontra-se, hoje, com toda sua área ocupada ou comprometida com novas edificações, exigindo, por isso, um re-planejamento com renovação de áreas, para que atenda com o máximo de qualidade ambiental às permanentes e crescentes demandas institucionais.

O crescimento rápido e intenso do campus universitário, não foi um fato isolado e nem mesmo independente de outros condicionantes. Novos bairros surgiram provocando a segregação urbana. Os bairros vizinhos também tiveram um crescimento vertiginoso, transformando radicalmente os costumes, a cultura, a ideologia, as necessidades e as propriedades de suas populações. Chácaras e áreas de pastagens foram recortadas em ruas e se transformaram em condomínios horizontais e verticais; novas ruas surgiram sendo lajotadas inicialmente e asfaltadas posteriormente; áreas verdes e matas foram apropriadas e derrubadas; muitos rios e córregos foram poluídos, retificados e, alguns, foram até mesmo aterrados; carroças e bicicletas deram lugar aos automóveis e caminhões que hoje congestionam suas vias; o ar fresco e puro deu lugar ao ar poluído pelos motores; enfim, em 50 anos o aspecto bucólico do campo deu lugar à vida agitada e apressada das metrópoles do século XXI.

Neste quadro, uma nova concepção de planejamento físico universitário está sendo proposta, precisando ser repensada a necessidade de reinserção real e efetiva da Ufsc à cidade de Florianópolis. Pretende-se trabalhar no sentido de permitir que, por um lado, esta reinserção ofereça à cidade todo o potencial de conhecimentos produzido na UFSC e, por outro lado, possa fazer desta inserção, uma via de duas mãos, de modo a facilitar à comunidade externa sua participação, não só, através de atividades culturais e de lazer, mas em atividades concretas relacionadas aos projetos acadêmicos.

Assim, a atual proposta de criação do PARQUE UNIVERSITÁRIO pretende responder à necessidade social de integração UFSC / Comunidade oferecendo um espaço para desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão, de forma transdisciplinar, que dê suporte às atividades de acolhimento à população no sentido de gerar cidadania plena e proporcionar uma contribuição aos esforços sociais e governamentais de criar uma sociedade sustentável sob todos os pontos de vista.

LOCALIZAÇÃO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

O campus está cercado de bairros densamente habitados e urbanizados, mostrando grande carência de áreas de lazer, culturais e desportivas para as populações de menor poder aquisitivo. As áreas verdes existentes e previstas no antigo Plano Diretor Municipal na cidade tem apenas o caráter de preservação florestal, constituindo-se em áreas de preservação permanentes (APPs), tais como os manguezais e os topos de morros.

No processo de urbanização, nem mesmo a legislação ambiental tem sido respeitada, levando à destruição das matas ciliares nos cursos d'água existentes, criando problemas graves de permeabilidade do solo com pavimentações em excesso e resultando em freqüentes alagamentos e enchentes. Sabemos que estes não são problemas exclusivos de Florianópolis, porém, aqui e em outras cidades de Santa Catarina, a evolução deste processo se deu de forma extremamente rápida e sem acompanhamento dos órgãos públicos municipais gerando, assim, os problemas que estão se refletindo de maneira bastante dramática e que o Brasil conhece pelo noticiário.

A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE UNIVERSITÁRIO

Propõe-se inicialmente a delimitação de uma área de aproximadamente 88.000 m². A área não é grande se considerarmos as necessidades comunitárias do município de Florianópolis, porém, enquanto área urbana, possui dimensões bem significativas, podendo se estender ao morro da Serrinha, a oeste do campus e ainda à área do Centro de Desportos, dependendo das definições funcionais do parque, seja como suporte às atividades acadêmicas, desportivas e comunitárias, seja como espaço de preservação ambiental e de lazer da população.

A proposta de instituição do Parque pela universidade vem resgatar parte de uma dívida social importante que é a manutenção da preservação ambiental de área ainda existente no campus universitário, mesmo que nos últimos anos, a intervenção humana tenha transformado bastante a biodiversidade desta área. Por outro lado, entende-se que esta dívida está também na disponibilização da área para desenvolvimento de projetos de caráter acadêmicos transdisciplinares, educativos e de formação cultural popular para diversas faixas etárias da população de Florianópolis. Desta forma, a universidade passaria a contribuir concretamente com as populações dos bairros adjacentes numa perspectiva de melhoria de sua qualidade de vida, ao mesmo tempo em que passaria a formar novas consciências para uma vida em segurança, solidariedade e ética social. Estudos mostram que o ambiente social ao apresentar um conjunto de informações a serem processadas pelos indivíduos pode tanto estimulá-los positivamente quanto negativamente. Já a exposição à ambientes naturais teria a capacidade de restaurar a atenção, teria o potencial de “restaurar” os níveis de atenção e reduzir os de *stress* (Kaplan, 1989; 2001; 1995a; 1995b). Esses estudos indicam que o ambiente natural, através das propriedades informacionais denominadas de *escape*, *mistério* e *compatibilidade* facilitam tal processo. Essas propriedades não dizem respeito às características humanas ou ambientais *per se*, mas refletem a interação desses dois componentes. O esclarecimento que esses modelos nos dão ressalta os benefícios advindos da interação com ambientes naturais mas ainda expande o nosso entendimento à respeito das razões das pessoas preferirem paisagens de ambientes naturais à ambientes urbanos.

As condições de saúde estão relacionadas à desaceleração do processo cognitivo, possibilitado pela atenção involuntária presente em ambientes restauradores e que promove o relaxamento do organismo. Assim sendo, uma maior compreensão dos mecanismos nos variados sistemas, capazes de mobilizar diferentes formas de atenção, podem ser significativos para o desenvolvimento de estratégias e técnicas capazes de promover a saúde. Um estudo americano publicado no *Journal of Attention Disorders* sugere que uma simples caminhada no parque pode ser benéfica para crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), ajudando-as a se concentrar.

Logicamente pode-se alegar que haverá perdas econômicas com a transformação desta área em Parque, se tivermos em vista a apenas a grande valorização das terras, no entorno do campus, nas duas últimas décadas. Sabe-se que a atração de populações de mais alto poder aquisitivo, os

investimentos públicos municipais em infraestrutura e saneamento básico e, os investimentos imobiliários privados, geraram esta supervalorização econômica. No entanto, estas perdas não se comparam aos grandes ganhos previstos com o aumento da qualidade de vida da população, com o fato de podermos proporcionar a produção de uma nova consciência social para o futuro, com a importante aplicação de novos métodos didáticos aos trabalhos acadêmicos, com a diminuição da criminalidade através de um convívio pacífico e solidário.

O prazer do espaço comunitário aberto e natural compensa o modo de viver na cidade e o stress do trabalho acadêmico, é um lugar em que se pode estar sozinho, tranquilo, porém desfrutando da natureza, do jardim, fazer exercício, ou passear com o cachorro perto de casa. O parque deve ser pensado com o uma extensão da casa, logo o que o afeta atinge o próprio quintal de cada usuário, deve fazer parte da vida diária, parte dos bairros vizinhos. Esse sentimento de pertencimento ajuda na manutenção e segurança da área.

O CONCEITO DE PARQUE UNIVERSITÁRIO

O Parque Universitário foi idealizado pela Divisão de Planejamento do ETUSC/UFSC a partir da consideração de duas vertentes de trabalho e lutas sociais quase independentes, mas que, no fundo, comungam com a preocupação social relativa à deterioração da qualidade de vida da população da cidade, bem como, com a busca de soluções para os diversos problemas urbanos.

A primeira vertente, parte do corpo docente da UFSC, em diversas áreas de conhecimento, e se refere aos trabalhos de Extensão Universitária levados a cabo, durante muitos anos, pela universidade junto às populações de inúmeros municípios do Estado de Santa Catarina ou junto às populações de diversos bairros de Florianópolis, produzindo e disseminando um enorme cabedal de conhecimentos aos alunos universitários e às populações atendidas.

São inúmeros os exemplos de trabalhos de extensão de grande valor social nas áreas da saúde, das ciências humanas, da arquitetura e urbanismo, da geografia, das artes, da educação, das modalidades desportivas, de engenharia sanitária, das ciências biológicas e agrárias, das ciências jurídicas e econômicas, enfim, das diversas áreas de conhecimento onde a universidade atua, proporcionados pelas iniciativas de docentes com grande consciência e responsabilidade social.

A segunda vertente vem da própria comunidade dos bairros vizinhos ao campus universitário, que, de forma crescente, têm praticado uma luta incansável contra as ameaças de deterioração das condições de vida, decorrentes do acelerado e descontrolado crescimento urbano das últimas décadas em Florianópolis. Nos últimos anos, através das associações de bairro, sindicatos e instituições públicas, esta luta tem mostrado ao poder público que não se pode mais permitir este crescimento descontrolado desconsiderando o impacto nocivo que isto produz na vida das pessoas.

No processo de participação social, nos debates sobre o Plano Diretor Participativo de Florianópolis, a população, em inúmeras reuniões e audiências públicas, tem manifestado toda a sua preocupação com os caminhos que segue esta urbanização desenfreada e todos os problemas decorrentes dela. Dentre os inúmeros problemas manifestados, está a carência de espaços públicos de lazer, desportivos e culturais na região da Bacia do Itacorubi e em especial dos bairros do Pantanal, Serrinha, Carvoeira, Córrego Grande e Trindade, que são, por coincidência, os bairros mais próximos do campus universitário da UFSC.

Na universidade, durante os debates ocorridos em relação ao desenvolvimento do Plano Diretor do Campus, tendo em vista as exigências, urgentes e legais, para que a UFSC enfrentasse, decididamente, os problemas ambientais existentes no campus universitário, veio a ser concebida a proposta do Parque Universitário, em reconhecimento às necessidades, não só, de recomposição ambiental do campus, mas também de atender às reivindicações populares por espaços públicos de qualidade. Entende-se que, ao mesmo tempo e nesta perspectiva, estaremos valorizando também o potencial acadêmico da UFSC ao proporcionar às comunidades acadêmica e dos bairros, programas transdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão através de atividades educativas, científicas,

culturais, desportivas e de lazer.

Portanto, **INCLUSÃO SOCIAL, INTEGRAÇÃO, PRESERVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE, COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE, PREPARAÇÃO PARA A VIDA, EDUCAÇÃO, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CIÊNCIA APLICADA E CIDADANIA**, foram palavras/conceitos que deram a forma e o conteúdo à proposta do PARQUE UNIVERSITÁRIO. podendo ser caracterizado, administrativamente, como um **LABORATÓRIO UNIVERSITÁRIO DE INCLUSÃO SOCIAL**, onde todas as áreas de conhecimento teriam um local privilegiado de desenvolvimento de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Espaços verdes têm sido considerados por seus efeitos positivos na saúde física e mental nas diferentes etapas do ciclo de vida. Deve-se ter em mente ainda que o desenho inclusivo para utilização de áreas abertas é importante para pessoas idosas e também para aquelas com necessidades especiais e crianças.

Para isso deve ser pensado um plano que garanta:

1. Proporcionar que os residentes e demais usuários diários participem da planificação do parque;
2. Assegurar a consolidação do plano ou projeto apresentado à comunidade;
3. Patrocinar e promover atividades que melhorem a relação da comunidade com o parque e enriqueça as experiências vividas, em especial oportunizar atividades educativas e de lazer relacionadas com a natureza local;
4. Desenvolver estratégias de arrecadação de fundos para apoiar as metas e facilitar as atividades que beneficiem o parque.

EQUIPAMENTOS E ÁREAS PRESERVADAS EXISTENTES NO PARQUE UNIVERSITÁRIO

1. Planetário
2. Observatório Astronômico
3. Palco para artes cênicas e apresentações musicais
4. Sede do grupo de escoteiros
5. Museu universitário
6. Horto Botânico do CCB
7. Núcleo de Desenvolvimento Infantil
8. Escola Infantil Flor do Campus.
9. Áreas de preservação ambiental.

EXEMPLOS DE PROGRAMAS TRANSDISCIPLINARES COM POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NO PARQUE UNIVERSITÁRIO

1. Programas de caráter educativos junto às várias faixas etárias.
2. Caminhadas controladas no circuito de trilhas do parque.
3. Programas de formação social e ambiental.
4. Estudos de psicologia ambiental.
5. Visitas ao Planetário com apresentações científicas.
6. Visitas educativas ao Museu Universitário.

7. Apresentações demonstrativas de técnicas de laboratório (trabalho de extensão já existente no CFM).
8. Programas de conscientização e prevenção de epidemias.
9. Atendimento básico à população na área de medicina desportiva.
10. Apresentações musicais.
11. Apresentações de artes cênicas.
12. Preparação para o lazer e o ócio.
13. Passeios e circuitos ciclísticos.
14. Arte popular ao ar livre.
15. Jogos programados.
16. Conhecendo a flora e a fauna.
17. Leitura coletiva.
18. Contando histórias da vida.
19. Piqueniques para programas de educação alimentar.
20. Projetos de incremento da experiência estética com os ambientes naturais
21. Projetos de redução do estresse, fadiga laboral, mental, cognitiva pela *Capacidade restauradora dos ambientes naturais*.
22. Destinar um local para feira permanente de venda de alimentos ecológicos, mudas, artigos para paisagismo etc.
23. Fortalecer idéia de inserção de atividades acadêmicas ligadas a diferentes disciplinas de vários cursos.
24. Projeto Brainwalk (prática de exercícios físicos e cognitivos realizados freqüentemente durante caminhadas ao ar livre que objetivam exercitar a saúde do cérebro) e Jogos Cognitivos.